

Fernanda dos Santos Bonet

Cultura POLÍTICA

REVISTA MENSAL DE
ESTUDOS BRASILEIROS

O ESTADO NOVO E O OFICIALISMO DA IMPRENSA
A sustentação da relação de dominação nos editoriais da
revista "*Cultura Política*"

19 DE ABRIL DE 1944

ANO IV • Nº 39

Porto Alegre, 2007

Fernanda dos Santos Bonet

O ESTADO NOVO E O OFICIALISMO DA IMPRENSA:
A sustentação da relação de dominação nos editoriais da revista
"Cultura Política"

Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Comunicação, habilitação Relações Públicas, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Professor Doutor Geraldo Valente Canali.

Porto Alegre, 2007

*Dedico este trabalho aos dois professores
que, com brilho nos olhos, com dedicação e
com empolgação, foram modelos de
profissionais fazendo minha passagem pela
FABICO valer a pena: Geraldo Valente
Canali e Ana Maria Dalla Zen*

Agradeço a todos que fizeram esse trabalho se tornar possível. Em especial, à professora Ângela Q. Gomes que por inúmeras trocas de e-mails, mesmo sem me conhecer bem, com muita boa vontade e dedicação, respondeu as minhas dúvidas e ansiedades além de abrir os caminhos para que eu chegasse ao objeto de estudo desta monografia; ao meu orientador, Geraldo Canali por ter sabido conduzir tão bem, ao longo de um ano e meio de trabalho, todas as dificuldades que surgiram; à professora Clarice Esperança e ao colega Vanderson Corrêa por todo o incentivo e confiança no meu potencial de realizar um bom trabalho; ao meu companheiro de caminhada, Marcelo Parker, por todas as revisões dos textos, pela paciência e amor a mim dedicados; e, por fim, aos meus pais, Ediane e Vilson, que me ensinaram que o conhecimento é o único bem que sempre levamos conosco e que jamais perdemos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é observar como a revista “Cultura Política” criada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda foi utilizada, durante o Estado Novo, para transmitir a ideologia e os valores, sustentando essa relação de dominação. Inclui uma pesquisa bibliográfica para localizar o contexto histórico brasileiro da época, analisa os editoriais dessa publicação de acordo com o método da Hermenêutica de Profundidade em sua forma específica de análise da ideologia. Confirma que essa revista operava ideologicamente a forma simbólica utilizando todos os modos de operação da ideologia classificados por Thompson (1995).

Conclui que o objetivo geral desse meio de comunicação era sustentar a relação de dominação, mantendo essa forma de governo.

PALAVRAS-CHAVE:

Estado Novo. Ideologia. Imprensa. Hermenêutica de Profundidade.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse how the magazine “Cultura Política”, created by the Press and Advertising Department, during the “Estado Novo”, helped to transmit its ideology and its values, sustaining the relation of controlling. It includes a bibliographic research of the historic context of Brazil in that period, and it analyses the editorials of the magazine according to the Depth Hermeneutic Method. It confirms that this magazine worked ideologically the symbolic form using all the ideologic operation ways classified by Thompson (1995).

So, it considers that the general aim of this mean of communication was to sustain the relation of controlling.

KEY WORDS

Estado Novo – Ideology – Press – Depth Hermeneutic

Sumário

- 1 INTRODUÇÃO / 09
- 2 TEORIA – APRESENTANDO CONCEITOS / 13
 - 2.1 A revolução, as incertezas, o Estado Novo / 13
 - 2.1.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda / 31
 - 2.1.2 A revista “*Cultura Política*” / 36
 - 2.2 Ideologia – um complexo conceito /38
- 2. Meios de comunicação – uma instituição paradigmática / 42
- 3 A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE E OS CAMINHOS DA PESQUISA / 45
- 4 ANÁLISE – INTERPRETAÇÃO DA IDEOLOGIA / 53
 - 4.1 O Primeiro editorial - Março de 1941 — “A evolução política e social do Brasil” / 53
 - 4.2 A Imprensa / 54
 - 4.2.1 Setembro de 1941 - “A imprensa e o Exército Nacional” / 54
 - 4.2.2 Maio de 1944 — “Discurso na A.B.I.” / 58
 - 4.2.3 Março, abril e maio de 1945 — “Dois discursos do Presidente Getúlio Vargas: No automóvel Clube do Brasil” / 59
 - 4.3 O 7 de setembro / 61
 - 4.3.1 Outubro de 1941 — “Oração de 7 de setembro” / 61
 - 4.3.2 Setembro de 1942 — “A independência (sic) e a Unidade do Brasil” / 62
 - 4.3.3 Outubro de 1943 — “O discurso de 7 de setembro” e “O presidente, o Brasil e a guerra” / 64
 - 4.3.4 Setembro de 1944 — “Discurso de 7 de setembro” / 67
 - 4.4 O 10 de novembro / 68
 - 4.4.1 Novembro de 1941 / 68
 - 4.4.2 Dezembro de 1941— “O discurso de 10 de Novembro” / 76
 - 4.4.3 Novembro de 1942 - “O regime de 10 de Novembro e a ordem política e constitucional” / 77
 - 4.4.4 Dezembro de 1942 — “Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas” / 78
 - 4.4.5 Novembro de 1943 — “O presidente e a guerra” / 80
 - 4.4.6 Novembro de 1944 — “O presidente e o 10 de novembro” / 81

4.5 O 1° de maio / 82

4.5.1 Junho de 1943 — “Discurso de 1° de maio” e “A saudação do Ministro do Trabalho” / 82

4.5.2 Março, abril, maio de 1945 — “Dois discursos do Presidente Getúlio Vargas:A 1°de maio dia do trabalhador / 83

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS / 86

REFERÊNCIAS /90

ANEXOS / 92

Anexo A — Quadro dos editoriais escolhidos para a análise / 93

Anexo B — Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia por ano / 94

Anexo C — Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia por tema / 95

Anexo D — Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia e suas estratégias por ano / 96

Anexo E — Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia e suas estratégias por tema /97

Anexo F — CD com os editoriais analisados /98

1 INTRODUÇÃO

Com o fechamento do Congresso Nacional e com a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1937, inicia o período do Estado Novo¹, sob o comando de Getúlio Vargas. Em seu pronunciamento no rádio, nesse mesmo dia, Vargas destaca que esse era o único meio de manter a ordem e a segurança nacional e divulga uma série de medidas que visava promover o bem-estar e o desenvolvimento da nação. O novo regime fala em “nacionalismo”, que nesse contexto significava a valorização do nacional em detrimento do regional, a fim de se construir uma nação homogênea e harmônica; e “trabalho”, valor importante nessa construção a fim de acabar com a imagem do brasileiro “malandro” (sic). O principal representante dessa imagem do trabalhador era o próprio Getúlio Vargas, ocorrendo, assim, uma valorização de sua figura através da exaltação de suas qualidades.

O Estado Novo já nasce amparado por uma Constituição que o coloca na legalidade, diminuindo, assim, a oportunidade de investidas políticas de seus adversários. A nova Constituição centralizava o poder nas mãos do Presidente, fortalecia a intervenção estatal na economia e estimulava a organização sindical em moldes corporativistas. Esses pontos refletiam os modelos de governos que se consolidavam no mundo nessa época como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Mas, além das questões políticas é importante que se tenha o apoio da sociedade e para isso teve que buscar uma forma de se sustentar perante essa, a fim de que houvesse a confiança e o entendimento desse novo regime como o ideal para dirigir o país.

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, foi uma das formas encontradas pelo governo para a busca dessa afirmação. Esse departamento era dividido em diversos setores que coordenavam, orientavam e

¹ Expressão utilizada pela primeira vez por Oliveira Salazar no início dos anos de 1930, para designar o regime autoritário pelo qual Portugal estava passando sob o seu comando. No Brasil, foi utilizada alguns anos depois e identifica o período entre 1937 e 1945 em que o país foi governado por Getúlio Vargas em um regime ditatorial. <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/> Acesso em 23 junho 2006.

centralizavam as informações sobre o Estado Novo. Eram responsabilidades do DIP, também, algumas publicações oficiais, dentre elas a revista “Cultura Política”, sob o comando de Almir de Andrade. A publicação trazia estudos de diversos intelectuais, tendo como objetivo explicar as mudanças que estavam ocorrendo no país, além de acompanhar os feitos governamentais. Essa revista revela que o regime utilizava os meios de comunicação para a difusão de seus valores, através da criação dos seus próprios meios de comunicação² e não apenas pela censura e pela imposição de matérias às empresas de comunicação privadas.

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de observar como a revista “Cultura Política” foi utilizada, durante o Estado Novo, para transmitir as idéias e os valores, sustentando essa relação de dominação. Desse modo, ela não pretendeu estudar a questão da censura exercida por esse Departamento. A partir da análise dos editoriais dessa publicação, busquei entender como o significado dessa forma simbólica serviu para estabelecer e sustentar as relações de dominação existentes, ou melhor, se a revista operava ideologicamente, conforme conceito de ideologia formulado por John B. Thompson (1995).

O período compreendido entre 1930 e 1945 apresenta uma série de novidades na área política, na área econômica e na área social do país. Pela primeira vez, na história da República no Brasil, temos um governo federal centralizado e representado, por quinze anos, pela figura de um único líder que visou concentrar e controlar os poderes político, econômico, coercitivo e simbólico. Por isso, essa fase histórica, que encontrou seu apogeu no Estado Novo, fez uso desse quarto poder – o simbólico – de uma forma ainda não realizada no Brasil, principalmente no que se refere à comunicação.

O controle da comunicação pelo Estado através da censura e também pela criação de instrumentos próprios para transmitir seus valores à população, revelou a importância que essa área pode ter para que determinado grupo se mantenha ou não no poder. Encontra-se aí, portanto, a relevância de se voltar os olhos para este momento da história do Brasil, o que justifica a realização deste trabalho, que pretendo

² Segundo John B. Thompson (2002): meios pelos quais são transmitidos as informações e o conteúdo simbólico.

se constitua numa contribuição ao estudo da relação entre imprensa, poder político e ideologia.

Para relatar a pesquisa, este documento foi separado em três partes: Teoria – apresentando conceitos; A Hermenêutica de Profundidade e os caminhos da pesquisa; e Análise — Interpretação da Ideologia.

No primeiro, apresento sob que ponto de vista teórico abordei os principais conceitos desse trabalho, a partir de autores que se detiveram nessa fase da história do País. Assim, o subtítulo “A revolução, as incertezas, o Estado Novo” resgata a contextualização do momento desde 1930 – quando Vargas chega ao governo nacional através de uma revolução — até 1945 com o término do Estado Novo. A seguir, em “O Departamento de Imprensa e Propaganda”, descrevo as funções e a forma como estava estruturado esse departamento. A apresentação dos objetivos da revista “Cultura Política”, bem como de sua organização, seu público de interesse e seus colaboradores ocorre no subtítulo “A revista ‘*Cultura Política*’”.

A segunda parte do desse capítulo “Ideologia – um complexo conceito” apresenta um breve resgate do histórico do uso e dos significados desse termo, bem como o conceito de ideologia formulado por Thompson (1995) — que foi empregado nesta pesquisa. Por fim, para apresentar de que forma abordei e o que pretendi observar na categoria “meio de comunicação” faço uso das idéias de Thompson (2002) novamente. E, ainda, as apresento na terceira parte intitulada “Meios de comunicação – uma instituição paradigmática”

No capítulo, “A Hermenêutica de Profundidade e os caminhos da pesquisa”, descrevo o método da Hermenêutica de Profundidade, desenvolvido por Thompson (1995), e a sua forma específica na interpretação da ideologia. Nessa parte justifico a escolha por analisar os editoriais da revista, apresento de que forma delimitei a amostra pesquisada e como realizei a pesquisa propriamente dita.

O capítulo seguinte, intitulado “Análise — Interpretação da Ideologia” inclui a apresentação do conteúdo de cada editorial analisado da revista “*Cultura Política*” e a classificação deste de acordo com a proposta de Thompson.

O resultado desse processo de pesquisa foi organizado em quatro quadros (anexo B, C, D e E), que resumem a ocorrência dos modos de operação da ideologia, bem como de suas estratégias. A partir destes quadros realizo as considerações finais da pesquisa que são apresentadas no último capítulo. Além disso, coloco em um CD (anexo F) todos os editoriais utilizados para a realização deste trabalho.

2 TEORIA – APRESENTANDO CONCEITOS

2.1 A Revolução, as incertezas, o Estado Novo

O período denominado de República Velha (1889-1930), na história do Brasil, ficou marcado por duas características popularmente resumidas pelas expressões: “política do café com leite” e “voto de cabresto”. O primeiro refere-se à alternância na Presidência da República entre políticos do estado de São Paulo (produtor de café) e do estado de Minas Gerais (produtor de leite); o segundo, à compra de votos e ao abuso de autoridade dos grandes fazendeiros, “chefões do interior (conhecidos como ‘coronéis’)” (SKIDMORE, 1982 p. 22), que obrigavam os eleitores do seu “curral eleitoral” a votar no candidato escolhido por eles, gerando fraudes nas eleições. Nesse período, era vedada a reeleição presidencial, o que gerava grande agitação política devido aos acordos das lideranças da situação na busca por um sucessor. Conforme dito anteriormente, os votos eram facilmente manipulados pelos grandes fazendeiros, assim, o candidato indicado pelo presidente estava praticamente eleito (Op.cit).

Em 1930, porém, as relações entre Minas Gerais e São Paulo estavam abaladas, uma vez que o então presidente Washington Luis, paulista, ao invés de indicar um mineiro para sua sucessão, indicou outro paulista, Júlio Prestes. Esse fato fez com que a oligarquia mineira apoiasse as oligarquias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia para lançar o gaúcho Getúlio Vargas, que ocupava desde 1927 o posto de presidente do estado do Rio Grande do Sul, como candidato à presidência nacional, tendo o paraibano João Pessoa, então presidente do estado da Paraíba, como vice-presidente nacional:

Em 1929, o colapso dos preços internacionais e uma divisão repentina no governo da nação transformaram o cálculo político no Brasil. O conflito em torno dos preços subsidiados do café, da política dos bancos e da insistência do presidente Washington Luis em indicar Júlio Prestes, outro paulista, para sucedê-lo levou a um acordo secreto entre Minas, o estado mais populoso do país, e Rio Grande do Sul, visando a candidatura de Vargas a presidente sob a bandeira da recém-formada Aliança Liberal (LEVINE, 2001 p.39).

O candidato do Governo ganha oficialmente as eleições e Vargas lança um manifesto denunciando as irregularidades nas mesmas. A oposição, já no pleito de 1910 e 1922, acusava as fraudes na contagem dos votos, os subornos e as ameaças, mas ficava apenas nas palavras. Desta vez, porém, a manifestação não ficaria apenas no papel. Algumas semanas após as eleições, revolucionários gaúchos entram em contato com líderes descontentes da Aliança Liberal de Minas Gerais e da Paraíba para organizar uma “conspiração integral, destinada a tomar o poder pela rebelião armada”, conforme diz Skidmore (1982 p.23).

Os políticos gaúchos e mineiros estavam, porém cautelosos para começar uma revolução, sendo o assassinato de João Pessoa, o fato que acelerou a ação revolucionária. João Pessoa morreu baleado em julho de 1930, segundo Skidmore (1982) por razões de lutas políticas da região nordestina e segundo Levine (2001) por uma questão de honra pessoal. Uma versão mais completa para esse episódio é apresentada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

Realizado o pleito, a chapa oposicionista foi derrotada e o coronel José Pereira, que apoiava Julio Prestes, iniciou uma revolta em Princesa contra o governo estadual, sendo apoiado pelo governo federal. Ao mesmo tempo, ganhava força no interior da Aliança Liberal a proposta de deposição de Washington Luís através de um movimento armado. João Pessoa rejeitou essa solução. Sua preocupação concentrava-se, nesse momento, no combate à Revolta de Princesa. Nesse sentido, ordenou a polícia paraibana invadir escritórios e residências de pessoas suspeitas de receptor armamentos destinados aos rebeldes. Numa dessas invasões - na residência de João Dantas, aliado de José Pereira -, foram encontradas cartas íntimas trocadas entre Dantas e sua amante. As cartas foram publicadas pela imprensa alinhada ao governo estadual, causando grande escândalo na sociedade paraibana. Dias depois, em viagem (sic) ao Recife, João Pessoa foi assassinado com dois tiros desferidos por João Dantas em uma confeitaria da capital pernambucana³.

A questão principal, no entanto, é que esse crime gerou na oposição um sentimento de indignação propiciando a formação de uma atmosfera revolucionária. A partir disso, Borges de Medeiros — ex- presidente do estado do Rio Grande do Sul —

ajudou ativamente a recrutar comandantes militares. Foi criado um quartel general sob o comando do militar Góis Monteiro e marcada a data da Revolução: 03 de outubro (SKIDMORE, 1982).

Uma marcha de rebeldes a partir dos estados do Rio Grande do Sul, da Paraíba e de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, marca o início da revolução, que foi apoiada por políticos da Aliança Liberal e por jovens oficiais (tenentes) e liderada por Getúlio Vargas. Além desses, Skidmore (1982) indica que os oficiais superiores, os plantadores de café e os proprietários de máquinas políticas apoiaram a Revolução. Os primeiros por estarem frustrados com os governos da República Velha que, nas palavras desse autor, “precisavam ser constantemente escorados” (op.cit, 1982 p.30); os segundos por estarem irritados devido a suspensão da compra dos excedentes de café e com o declínio dos preços internacionais; os últimos, por causa própria “(...)como uma justificativa para o seu recurso à revolta armada contra os ‘de dentro’, que não haviam atendido aos seus interesses nas negociações para a escolha do candidato ‘do governo’ em 1929” (op.cit., 1982 p. 31). Podemos observar, assim, que esses grupos que apoiaram a Revolução eram heterogêneos, tanto em sua constituição, quanto em seus objetivos. Objetivos estes que acabaram gerando disputas e incertezas no governo provisório.

O trem que levou Getúlio Vargas do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro viajou lentamente e parou diversas vezes para que Getúlio fizesse discursos e participasse de comícios (LEVINE, 2001). À medida que os rebeldes avançavam, o então presidente Washington Luís perdia suas forças, principalmente pela falta de apoio dos militares que o viam como um homem fracassado e distante dos interesses coletivos. Esses militares dissidentes, liderados por Tasso Fragoso e Mena Barreto, resolveram assumir o comando da situação, tomaram o poder em 24 de outubro e governaram o país por dez dias, após a renúncia de Washington Luís. Levine (2001) destaca que essa atitude dos militares foi fundamental para a vitória da Revolução. O líder gaúcho chegou à capital federal em 31 de outubro e o governo foi entregue a ele em 03 de novembro, por ter sido o “líder incontestável do movimento de oposição” (SKIDMORE, 1982, p.25).

³ <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> acesso em 23 de junho 2006

Começa, assim, o governo provisório. As principais medidas desse governo foram: a abolição das instituições legislativas, desde o Congresso Nacional até as Câmaras Legislativas, acumulando no executivo o poder legislativo, até que uma Assembléia Constituinte eleita restabelecesse a reorganização no país; a nomeação de interventores estaduais com plenos poderes executivos e legislativos; a criação do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; além da implantação do corporativismo como forma de harmonizar os conflitos de classe e os interesses do capital e do trabalho (LEVINE, 2001).

Esse período fica marcado, conforme indicado anteriormente, pelas disputas entre os grupos que apoiaram a Revolução. Thomas Skidmore (1982) elabora uma divisão desses entre partidários revolucionários e partidários não-revolucionários. Os primeiros são, ainda, divididos em “constitucionalistas” — com ideais liberais clássicos representados principalmente pelos paulistas e pela população urbana; e, os “nacionalistas”, semi-autoritários que buscavam a regeneração nacional e a modernização, representados pelos tenentes. Os segundos (não-revolucionários) são os militares superiores, os plantadores de café e alguns políticos que, sem vínculo com os valores ou com as idéias da Revolução, a apoiaram para se manter no poder:

Essa extraordinária concentração de poder (notavelmente ausente sob o extremo federalismo da República criada em 1889), fez do regime de Vargas o foco imediato de uma luta pelo poder entre elementos divergentes dentro da coalizão revolucionária. (op.cit., p.33)

Nesse contexto, Vargas irá demonstrar uma das suas habilidades: unir facções políticas contrárias. Para Skidmore, essa característica foi o que sustentou Getúlio nesses primeiros anos no poder. Levine (2001) exemplifica a afirmação de Skidmore ao narrar que sob boatos de um golpe da direita Vargas, “[. . .] respeitosa e visitou a Academia Militar do Realengo e o Colégio Naval a fim de demonstrar sua lealdade às forças armadas” (op.cit., p.47).

A questão que mais dividia os apoiadores do novo regime era quando o Brasil deveria ser “reconstitucionalizado” (SKIDMORE, 1982 p.33). Os “constitucionalistas liberais” queriam rapidamente as eleições, apoiados pelos líderes

do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais que viam nisso uma possibilidade de aumentar seu poder de barganha junto ao governo federal e de retomar a autonomia que gozavam antes de 1930. Já os tenentes, apoiavam a continuidade, por tempo indefinido, de Vargas no poder sob o argumento de que as eleições de imediato reporiam nos cargos a elite tradicional (SKIDMORE, 1982).

Vargas, estrategicamente, incentivava cada um desses grupos a buscar suas reivindicações: deu cargos de interventores estaduais aos tenentes, ao mesmo tempo em que publica o Novo Código Eleitoral ⁴em fevereiro de 1932, junto com um decreto que marcava as eleições para a Assembléia Constituinte para 03 de maio de 1933. Nomeou, ainda, um interventor civil e paulista, como queriam os opositores desse estado (op.cit).

Essas medidas, porém, não impediram que São Paulo continuasse a se organizar contra o Governo. Em janeiro de 1932, o Partido Democrático havia rompido oficialmente com o Governo e organizado a Frente Única Paulista formada por quatro frentes diversas: o próprio Partido Democrático, por não estar desfrutando do poder; lideranças do Partido Republicano Paulista, por vingança contra os que impediram a posse de Júlio Prestes nas eleições de 1930; os plantadores de café, insatisfeitos com as medidas para esta área; e alguns oficiais descontentes por terem sido substituídos pelos tenentes após a revolução (op.cit.).

Rio Grande do Sul e Minas Gerais, vale destacar, também estavam se organizando contra o governo federal, nessa mesma época, e articulando uma ação junto com São Paulo. Em julho de 1932, São Paulo, porém, começa uma revolta armada prematuramente sem que seus aliados dos outros estados pudessem se organizar. A revolta Constitucionalista, como ficou conhecida, misturou seus ideais com os princípios regionais e separatistas afastando de vez o importante apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais para o sucesso da revolta. O governo agiu rápido, acionando os militares que logo cercaram a capital paulista. Após dois meses de sítio, os rebeldes renderam-se às forças federais alegando que mesmo os valores

⁴ Regulou o cadastramento dos eleitores, instituiu o voto feminino, instituiu o voto secreto, e criou a Justiça Eleitoral retirando do Poder Legislativo o controle sobre o próprio processo eleitoral. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_codigo_eleitoral.htm acesso em 23 abril 2007.

constitucionalistas não justificavam a destruição da cidade mais rica e produtiva do país (op.cit.).

A medida de Vargas, logo após o fim da revolta, foi reconquistar o apoio paulista. Para tal, reforçou sua intenção de realizar as eleições para a Assembléia Constituinte em 03 maio de 1933 e deu ordens ao Banco do Brasil para cobrir os prejuízos da guerra que os bancos paulistas tiveram ao financiá-la.

Conforme o programado, as eleições ocorreram, sendo os representantes do povo eleitos por voto direto em cada estado e os representantes classistas (40 no total) eleitos pelos sindicatos. A Assembléia Constituinte iniciou suas atividades em 15 de novembro de 1933 e no ano seguinte apresentou a nova Constituição.

A carta foi ratificada em 16 de julho de 1934 apresentando um caráter híbrido, pois assegurava princípios federalistas — conforme queriam os estados centrossulinos — enquanto ampliava o poder da União em relação as questões econômicas e sociais⁵. Assim, a corrente liberal constitucionalista estava satisfeita, pois, apesar da estrutura federal ter voltado a ser muito semelhante com a estrutura da República Velha, havia garantia de eleições livres com a fiscalização de um órgão federal — o Tribunal Eleitoral. A corrente tenentista, por sua vez, contemplou suas reivindicações através das novas responsabilidades atribuídas ao governo como a nacionalização de minas, jazidas minerais e quedas d'água; e pela aprovação de medidas que beneficiavam os trabalhadores: salário mínimo (fixado pelo governo federal), oito horas de trabalho diários, férias anuais remuneradas e descanso semanal (SKIDMORE, 1982). A principal derrota do governo foi a aprovação da pluralidade e da autonomia dos sindicatos ao invés do sindicato único por categoria profissional⁶. Os trabalhadores, assim, tinham o direito de se associar aos sindicatos, mas sem obrigatoriedade.

No dia seguinte, Vargas foi eleito pela Assembléia Constituinte, presidente do Brasil para um mandato de quatro anos. A próxima eleição presidencial foi marcada para janeiro de 1938 e em outubro de 1934 ocorreram as eleições

⁵ http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_constituicao_1934.htm acesso em 23 de abril 2007

⁶ http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_constituicao_1934.htm acesso em 23 de abril 2007

legislativas estaduais que em seguida elegeram os governadores dos Estados (SKIDMORE, 1982).

Essa nova constituição não agradou o presidente uma vez que diminuiu seu raio de ação. As divisões de opinião do novo Congresso oportunizou que o presidente governasse por decretos, tornando o poder do legislativo quase inexistente e o judiciário dependente do executivo. Vargas, assim, usou a parte da nova Constituição o que lhe interessava (que propiciava o fortalecimento do governo central), ignorando o restante (LEVINE, 2001).

A principal característica desse período foi o caráter normativo da maior parte da nova carta constitucional e dos decretos-leis de Vargas. Conforme exemplifica Levine (2001 p. 68):

Prescreviam, por exemplo, que se repassasse um percentual da receita dos impostos federais para atenuar as dificuldades regionais, e que se dessem incentivos para o rádio comercial, desde que todas as estações cumprissem a exigência de transmitir o programa do governo, “A Hora do Brasil”; passavam a dar mais destaque aos feriados patrióticos do que os religiosos; e, em 1935, exigiam que as escolas de samba fossem legalmente registradas e, conseqüentemente, controladas.

Outro fator importante dessa fase — e que explicará a transformação desse governo em um regime efetivamente ditatorial consolidado no Estado Novo — foram os movimentos integralista e comunista que se desenvolviam no país.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), organizada por uma facção do Partido Comunista, tendo como líder honorário Luis Carlos Prestes, estava se unindo aos sindicatos trabalhistas militantes e estabelecendo um programa radical cuja plataforma pedia o cancelamento das “dívidas imperialistas”, a nacionalização das empresas estrangeiras e o fim dos latifúndios (SKIDMORE, 1982).

Do lado oposto estava a Ação Integralista Brasileira (AIB) uma organização paramilitar, nacionalista, anticomunista e antiliberal, comandada por Plínio Salgado. Seus líderes incentivavam as pessoas a usarem camisa verde para tornarem-se “soldados da pátria” contra a ameaça vermelha (o comunismo). O movimento, que

ficou conhecido como os “camisas-verdes” (SILVA, B., 2006), ganhou força ao destacar que os problemas políticos e econômicos só poderiam ser resolvidos com métodos de extrema direita (SKIDMORE, 1982).

Em 1935 o Congresso aprova a Lei de Segurança Nacional que dava ao governo poderes especiais para reprimir atividades consideradas subversivas. Luis Carlos Prestes fez um discurso abertamente contra Vargas que permitiu ao presidente o uso dessa nova Lei. A polícia, dessa forma, invadiu a sede da ANL, confiscou documentos, prendeu líderes de esquerda e a fechou por seis meses.

A parte mais radical do Partido Comunista preparou para novembro um levante comandado por tenentistas que contou com o apoio de Moscou e com a participação de emissários do movimento comunista internacional. Esse levante não obteve o sucesso planejado, pois não contou com a adesão do operariado, ficou restrito a três estados brasileiros (Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pernambuco) e seu início não foi simultâneo nesses estados.

Um telegrama forjado pela polícia, falsamente atribuído ao comando da ANL fez com que a revolta eclodisse primeiro em Natal, no dia 23 de novembro. Recife iniciou o movimento no dia 24 e o Rio de Janeiro apenas no dia 26, quando os rebeldes dos estados nordestinos já estavam rendidos. Os militares superiores, assim, estavam alertados e a ação foi abafada pelas forças do governo no dia 28 desse mês. Esse fato foi intitulado pelos vencedores, de forma pejorativa, como “Intentona Comunista⁷” tendo em vista que a palavra “intentona” significa plano insensato.

Após esses episódios Vargas consegue aumentar seu poder e decretar estado de sítio no final de 1935, o qual é renovado pelo Congresso durante o ano de 1936. Filinto Müller, chefe da Polícia do Distrito Federal, coloca em prática uma severa repressão através de prisões e torturas, eliminando os movimentos de esquerda que estavam se formando, sendo as principais vítimas dessas ações Luis Carlos Prestes e sua esposa, judia e comunista, Olga Benário. Ambos foram presos em 1936, junto com agentes estrangeiros russos. Olga estava grávida e mesmo assim foi deportada para a Alemanha nazista, junto com Elise, companheira alemã, onde morreram em um campo de concentração. A filha de Olga e Prestes, Anita, sobreviveu

⁷ INTENTONA COMUNISTA, Revista História Viva, julho 2006, p. 20-21

e, segundo coloca Levine (2001), ela diz que vê esse ato como uma forma de Vargas demonstrar interesse em ter bom relacionamento com Hitler.

Em 1936, por outro lado, começava a movimentação política para as eleições de 1938. A constituição de 1934 vedava a reeleição, o que gerou agitação no cenário político nacional. Em 1937 surgem os candidatos: Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, defensor do constitucionalismo liberal, representando a União Democrática Brasileira (UDB) — origem da União Democrática Nacional (UDN), da qual Armando Sales também participou da fundação e da direção — e José Américo de Almeida, um antigo tenentista que defendia o exercício do sufrágio para a obtenção dos direitos sociais e econômicos. Esse último era visto como o candidato do governo, porém, Vargas não se pronunciava a respeito, colocando em prática sua característica de manobrar entre as duas correntes de forma a tirar proveitos. Assim, dava a impressão de que José Américo era realmente o candidato do governo, mas deixava margem para o surgimento de alguma surpresa por parte de Getúlio Vargas. No meio desse mesmo ano, os Integralistas cansados de esperar uma posição do governo, lançam Plínio Salgado como candidato (SKIDMORE, 1982).

Ao mesmo tempo em que Vargas dava continuidade ao processo eleitoral que aconteceria no ano seguinte, manobrava a possibilidade de um golpe para se manter no poder. Primeiro trocou alguns interventores estaduais por homens de sua confiança. Depois tentou sem sucesso renovar o estado de sítio junto ao Congresso. Uma vez negada essa renovação libertou um grupo de presos políticos esquerdistas com o objetivo de “colocar seus adversários em posição insustentável [. . .] dramatizando com isso a ‘ameaça’ da esquerda às classes médias, aos políticos estaduais conservadores e aos militares” (op.cit., 1982, p. 47) . Logo, os confrontos entre integralistas e esquerdistas tornaram-se constantes na capital, dando um tom de violência antidemocrática para a campanha eleitoral.

O exército estava ao lado de Getúlio, com o general Eurico Gaspar Dutra como Ministro de Guerra e o general Góes Monteiro como Chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Eles cuidaram das questões militares e dos apoios dos estados para a realização de um possível golpe. Os militares, segundo Skidmore (1982), desejavam ter um exército forte em um Estado igualmente fortalecido.

Em 30 de setembro, dessa forma, Dutra denuncia a descoberta de um suposto plano de revolução comunista intitulado “Plano Cohen”. Esse documento forjado relatava a preparação para mais uma tentativa de tomada de poder pelos comunistas, tornando-se desculpa ideal para nova concessão do Congresso, que declarou estado de sítio, e para a efetivação do golpe.

Os meses seguintes foram de ajustes e verificações dos apoios políticos e militares dos estados, sendo o Rio Grande do Sul o maior empecilho para a efetivação dos planos do presidente. A federalização da milícia gaúcha, por ordem de Góes Monteiro, e a fuga do então governador desse estado, Flores da Cunha, para o Uruguai, reforça o poder dos militares que apoiavam Vargas.

A soma desses fatores possibilitou, assim, que em 10 de novembro tropas federais rodeassem o Congresso e dispensassem seus membros, informando que o mesmo havia sido fechado; que Vargas promulgasse a nova constituição baseada nos moldes corporativistas europeus, dando a si poderes autocráticos e iniciando o período conhecido como Estado Novo (op.cit., 1982).

Essa constituição, escrita pelo jurista conservador Francisco Campos, conferia todo o poder ao chefe de Estado sendo baseada na “Carta del Lavoro” italiana e, também, na carta fascista polonesa. (LEVINE, 2001).

A experiência totalitária no Brasil reflete a conjuntura mundial onde se defrontavam os extremismos da esquerda. Estragados com a Revolução Russa de 1917 e a reação da direita conservadora do capitalismo em decadência, os sistemas políticos já inoperantes da acomodação social que explodira contra o Brasil também, não estavam em ordem (SILVA, H. 1982, p.228).

Apesar desse cenário mundial favorável à instalação do Estado Novo, Skidmore (1982) ressalta que o golpe foi possível, também, devido às articulações de Vargas e a uma conjuntura social própria daquele momento. Assim, desde 1935 Getúlio manobrava para ridicularizar seus opositores e conquistar o apoio de grupos de poder solidificados, como os fazendeiros, além de contar com o apoio dos militares que, por medo de perder o poder, não acreditavam na capacidade do Brasil em superar as confusões políticas pelas vias democráticas. A classe média, dividida entre o liberalismo

e o radicalismo, de esquerda ou de direita, completava esse cenário propício à instalação do regime totalitário.

Essa nova forma de governo era justificada pelos oficiais superiores, e pelo próprio Vargas, através do argumento de que a liberdade política era perigosa para a unidade e para a segurança nacional. Conforme o discurso de Vargas no dia do golpe, o Congresso tornara-se um instrumento inadequado e não aconselhável para essa nova estrutura que visava um regime forte “baseado na paz, na justiça e no trabalho” como forma de reajustar a máquina política às novas necessidades do país. Em 02 de dezembro de 1937, Getúlio, então, acaba abolindo todos os partidos (SKIDMORE, 1982).

Apesar dessa similaridade com o fascismo, Vargas não desenvolveu um regime militar, uma vez que o Estado Novo era administrado por burocratas e não por soldados. Nem organizou partido ou movimento político para sustentar e basear o regime. Todos os grupos que compunham o cenário político da época, assim, de alguma forma, foram afastados e suprimidos.

[. . .]O Estado Novo era um estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade e sem qualquer base ideológica consistente. Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. A despeito das roupagens corporativistas, o seu Estado Novo era uma criação altamente pessoal. (op.cit., 1982, p. 54).

Os comunistas e radicais de esquerda, os constitucionalistas liberais e os integralistas, dessa forma, emudeceram. Os primeiros sofreram repressões mais brutais e os últimos, apesar da aparente liberdade, não ganharam o reconhecimento esperado do governo através da concessão de ministérios. A Ação Integralista Brasileira foi suprimida assim como os outros partidos, o que gerou a revolta dos “camisas-verdes” (op.cit.,1982.) Plínio Salgado teria ficado apenas no discurso, porém, outros 80 integralistas liderados pelo tenente Severo Fornier, em maio de 1938, tomaram por instantes o palácio presidencial. A revolta foi logo reprimida seus participantes presos ou fuzilados. Plínio Salgado foi exilado e outros integralistas foram

presos mesmo sem terem participado da ação. Essa tentativa de golpe foi denominada “Intentona Integralista” como uma referência à “Intentona Comunista” de 1935, de forma a “dar credibilidade nacional ao discurso do governo de que a nação estava ameaçada por ‘ideologias exóticas e estrangeiras’, provenientes das esquerdas e da extrema direita internacional” (SILVA, B., 2006 p.86). O governo, assim, reforça seu sistema de repressão e intensa investigação, tanto dos políticos opositores ao regime quanto aos cidadãos comuns considerados subversivos em potencial.

O Estado Novo, mesmo assim, desenvolve-se sob a bandeira do bem-estar social e da independência econômica, com princípios centralizadores e nacionalistas. Em nome da unidade nacional, Vargas realizou uma cerimônia pública em que as bandeiras dos estados foram queimadas, proibiu o uso de línguas estrangeiras nas escolas e a circulação de revistas que não fossem em português, forçando o “acultramento” dos imigrantes europeus. Solicitou, também, aos membros da Academia Brasileira de Letras que reformulassem o idioma português, simplificando suas regras e o diferenciando da língua de Portugal (LEVINE, 2001).

O Ministério da Educação, sob o comando de Gustavo Capanema, trabalhou bastante para aumentar o número de escolas públicas e para a reformulação dos currículos inculcando os valores do regime, reforçando a identidade nacional, destacando as diferenças dos regimes anteriores em relação às questões sociais, estimulando o orgulho nacional, a disciplina, os bons hábitos de trabalho, valores sobre a família e moralidade. As matérias básicas receberam, também, nova ênfase (op.cit., 2001).

A edificação da nova base política aconteceu a partir da implantação da legislação sobre previdência social (assistência médica, aposentadoria e pensões aos trabalhadores), justificada na doutrina trabalhista e orientada aos trabalhadores proletários a fim de que fossem leis ao governo paternalista; e da estruturação sindical fortemente vinculada ao Ministério do Trabalho (apenas os sindicatos reconhecidos eram considerados legais e os líderes dos sindicatos eram agentes do governo), o que propiciou influência na economia urbana e a utilização destes como instrumento de empreguismo e de manobra, convertendo adversários em clientes políticos (SKIDMORE, 1982).

Como o sindicalismo foi imposto de cima para baixo, ignorava os brasileiros pobres e sem qualificação para encontrar trabalho, sendo destinado à elite da classe trabalhadora, que mesmo com os benefícios mantinham-se distantes dos sindicatos. A maioria dos trabalhadores da indústria negou-se a se sindicalizar, conforme verifica Levine (2001). A representação da maior parte da força de trabalho formal da época, as mulheres, de modo geral foram ignoradas pelo Estado Novo, não sendo estas estimuladas a se sindicalizarem e participando apenas como auxiliares nos movimentos como o integralismo. O governo reforçava a imagem da mulher dona de casa e enfatizava o trabalho como coisa dos homens. Sendo assim, o trabalho feminino não tinha incentivo, faltava educação e treinamento, além das condições de higiene, de segurança e de leis protecionistas para a mulher e para a criança (LEVINE, 2001).

Ainda segundo esse autor, o Estado Novo não conseguiu acabar com os apadrinhamentos para os cargos administrativos e nem com a burocracia. Muito pelo contrário, Skidmore (1982) destaca que a burocracia aumentou bastante após a centralização de diversos serviços no Governo Federal que, para amenizar o problema, melhorar os padrões administrativos e aumentar o controle de Vargas sobre a administração federal, criou o Departamento de Administração Pública (DASP). Esse era um superministério federal que se reportava diretamente ao presidente, possibilitando ao governo a inovação e criação de departamentos nos estados capazes de evitar lutas regionais pelo poder, expandindo as políticas sociais, investindo no aço, no minério de ferro e no desenvolvimento dos vales dos rios (LEVINE, 2001).

O fortalecimento do poder federal aumentou gradativamente, desde 1930, com o acúmulo de responsabilidades por essa esfera, antes atribuídas aos estados e municípios. Entre essas responsabilidades podemos citar a negociação de créditos no exterior; os programas de proteção ao café; a criação de um mercado nacional, ao eliminar o imposto interestadual (diminuindo a receita dos estados que ficavam cada vez mais dependentes do governo federal); a criação da previdência social e dos sindicatos trabalhistas (visando dilatar o contato federal direto e acabar com a “política dos governadores” que vigorava até 1930); as questões referentes à educação e à regulamentação do trabalho. Em 1930, ocorre a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e da Saúde. Após 1937

foram criados novos institutos federais do pinho, do mate e do sal. O investimento em novas áreas, também colaborou para esse fortalecimento, uma vez que o Governo Federal passou a investir no setor de ferrovia, em empresas de navegação, e em empresas de economia mista. A política interventora do estado demandou a criação de novos órgãos federais, o que enfraqueceu ainda mais o poder dos estados e municípios. Vargas, assim, funda um regime verdadeiramente nacional, a partir desse aumento das responsabilidades federais e da unificação administrativa (Skidmore, 1982).

O governo federal escolhia, ainda, os governadores dos estados, chamados de interventores. Levine (2001) lembra que para a maioria dos estados nada mudou após a implantação do Estado Novo, e que colocar em prática o que ditava Vargas dependia da motivação e do estilo de cada interventor. No entendimento de Skidmore (1982), a utilização dos interventores nos estados, no entanto, oportunizou a criação de uma rede de alianças regionais voltadas para o nacional. Posteriormente ao Estado Novo, observa-se que essa rede de cooperação se manteve, o que leva esse autor a afirmar que esse sistema criado foi suficientemente forte, pois sobreviveu à ditadura.

O setor econômico ficou caracterizado pela intervenção estatal. Com a crise dos preços do café o governo comprou os excedentes de produção desse produto de forma a evitar um grave colapso na economia do país. O crescimento da indústria nacional, da mesma forma, recebe a atenção do governo através de uma política de intervenção planejada. Após uma desvalorização progressiva da moeda, junto com a manutenção da demanda interna — ocasionando o que Skidmore (1982, p.66) chama de “surto de industrialização ‘espontânea’”, no qual a indústria leve nacional se desenvolveu —, o governo adota duas estratégias principais para dirigir a economia: “a ‘manipulação de incentivos’, tais como impostos, controles de crédito e exigências salariais; e a intervenção direta, através de investimentos públicos em setores como ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas, como petróleo e aço” (op.cit.,1982 p.67).

Nessa perspectiva, surgem ações governistas como a fixação do salário mínimo, as caixas econômicas, o Banco do Brasil, a Comissão do Plano

Siderúrgico Nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Usina de Volta Redonda e outras companhias na área do minério de ferro, produção de motores de caminhão e aviões e o desenvolvimento do Vale do São Francisco, o esforço na criação de escolas vocacionais e institutos agrícolas; o aumento da produção de energia elétrica; a produção de cimento e a extração de mineral. Aos poucos ocorria a transformação do Brasil de um país rural em urbano. O Estado Novo, portanto, usou a estabilidade política para transformar a estrutura produtiva do Brasil, preparando a evolução econômica.

A Segunda Guerra Mundial acelerou esse processo, dando nova importância ao programa do governo e as empresas estatais, uma vez que havia a necessidade de matérias-primas e bens manufaturados vitais para suprir os esforços bélicos. O Brasil, além disso, passa a ocupar uma posição estratégica, como base militar para batalhas no Atlântico Norte e como linha de comunicação com o norte da África, fazendo com que as grandes potências (Estados Unidos e Alemanha) lutassem por um posicionamento do Brasil, enquanto Vargas negociava vantagens comerciais com ambos países, em um clássico processo de barganha.

Após a Reunião dos Chanceleres, ocorrida no Rio de Janeiro em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompe as relações diplomáticas com os países do eixo. Em março de 1942 é firmado o primeiro compromisso oficial entre o Brasil e os Estados Unidos. Vargas recebe recursos desse país para a criação da Companhia Vale do Rio Doce e para a siderurgia brasileira em Volta Redonda. O comprometimento estadunidense para melhorar a rede ferroviária brasileira, fabricar motores e recursos para produtos químicos e siderúrgicos, além do fornecimento de armas e da garantia do preço do café e do petróleo também são desse ano, bem como a continuidade das ações da Política da Boa Vizinhança⁸ coordenadas por Nelson Rockefeller, através do Office of Inter-American Affairs — OIAA (organização sustentada pela Fundação Rockefeller) (LEVINE, 2001). Skidmore (1982) analisa que estes investimentos dos

⁸ Política anunciada em 1933, pelo presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, utilizando a expressão *good neighbor* (mencionada pelo presidente Herbert Hoover em 1928), utilizou-se da imprensa, do rádio, do cinema e da música para disseminar o *American way of life* pela América Latina e vice-versa, ou seja, a cultura latina americana pelos Estados Unidos, como forma de conquistar a opinião pública de cada país. (TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo Sedutor – a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000)

Estados Unidos no Brasil realizavam antigas ambições desse país em aumentar sua penetração comercial na América Latina.

Esses fatos geraram diversos ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros, ocasionando perdas humanas. Apesar de todo o investimento estadunidense, e dos ataques alemães, Vargas não havia anunciado a entrada do país na Guerra contra o Eixo. Essa indefinição do governo gera diversas manifestações públicas no Rio de Janeiro e em São Paulo a favor da entrada oficial do país no conflito. Em agosto de 1942, enfim, é feito o anúncio da entrada do país na Guerra. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ocorreu através da permissão aos estadunidenses de construir pistas de pouso em todo país (LEVINE, 2001) e com o envio de 25 mil soldados para lutar na Itália. O 1º Escalão da FEB partiu em 30 de junho de 1944 composto por cinco mil homens. Em setembro partiram o 2º e o 3º Escalões. Outros dois Escalões e um contingente de 400 homens da FAB (Força Aérea Brasileira) partiram para a Itália até fevereiro de 1945⁹. A Segunda Guerra Mundial foi usada, assim, como moeda de troca: o Brasil forneceu matérias-primas fundamentais para as indústrias bélicas estadunidenses e permitiu a construção da base militar no nordeste do país; e os Estados Unidos investiram economicamente no Brasil. O resultado disso foi o efetivo desenvolvimento da industrialização brasileira.

Outra consequência dessa participação do Brasil na Guerra é a mudança no cenário político nacional. A questão que surgiria era: como o Brasil pode lutar na Europa pela democracia enquanto mantinha como forma de governo uma ditadura? A primeira manifestação da oposição nesse sentido ocorreu em outubro de 1943, quando um grupo de intelectuais e políticos mineiros emitiu um manifesto solicitando a redemocratização. Em 1944 Getúlio recebeu relatórios provenientes de oficiais brasileiros que estavam lutando na Itália contendo críticas ao Estado Novo. Esses oficiais, tendo contato com os americanos, haviam percebido essa incoerência de defender no exterior algo que não é vivido no país. Vargas entendia, por essas razões, que uma vitória dos aliados tornaria insustentável a manutenção de um regime como o Estado Novo. Dessa forma, em 10 de novembro de 1943, data do sexto

⁹ http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_brnaguerra001.htm acesso em 24 abril 2007

aniversário do regime, falou para a Nação prometendo que ao término da guerra, quando a ordem e a segurança fossem reajustadas, ocorreriam as devidas consultas ao povo brasileiro. Essa volta à democracia foi ratificada em abril de 1944 (SKIDMORE, 1982).

Porém, as efetivas manifestações contra o governo e os desafios à censura só começaram a acontecer em 1945, demonstrando o desgaste do regime. Os intelectuais, influenciados pela cultura dos Estados Unidos, começaram a se afastar do governo. Um exemplo disso foi o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em 26 de janeiro, que solicitava a liberdade de expressão e a realização das eleições diretas. O jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, publicou em 22 de fevereiro uma longa entrevista com José Américo de Almeida (candidato das eleições frustradas de 1937), na qual ele defendia a realização das eleições e se posicionava contra a candidatura de Vargas. Segundo Levine (2001) no final de março os jornais mais importantes não se submetiam à censura realizada pelo DIP. Os estudantes universitários do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Recife se organizaram e realizaram manifestações, também no início desse ano.

Toda essa agitação foi parcialmente acalmada quando o governo estabelece, em 28 de fevereiro, através de um Ato Adicional à Constituição de 1937, o prazo de 90 dias para a fixação da data da eleição. O primeiro a manifestar sua candidatura à presidência da República foi o brigadeiro Eduardo Gomes (ex-tenente e um dos comandantes da Força Aérea), pela União Democrática Nacional (UDN) (op.cit., 1982).

Nesses 90 dias, porém, a agitação e as incertezas tomariam conta do cenário político nacional, principalmente em relação à possibilidade de Getúlio Vargas se candidatar à presidência ou dar um novo golpe. Assim, alguns dias após a publicação do Ato Adicional, Vargas dá uma entrevista coletiva à imprensa que, segundo Skidmore (1982, p.73) “foi a primeira em muitos anos”, onde defende a constituição de 1937 e é vago quanto a possibilidade de se candidatar à presidência. Em 11 de março, porém, ele declara que não será candidato. Em abril o governo anuncia a anistia política, libertando inclusive o líder comunista Luis Carlos Prestes. No dia 1º de maio, em um grande comício, Vargas fala em tom de despedida, passando

em revista suas realizações e apóia a candidatura do Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra — ainda não lançada oficialmente. A 23 de maio Luis Carlos Prestes anuncia o recomeço das atividades políticas do Partido Comunista. Finalmente, no dia 28 de maio, é baixado um decreto fixando o dia 2 de dezembro como a data das eleições.

Nos meses seguintes foram lançados oficialmente os nomes do brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN) e do general Dutra, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático (PSD)— criados, nesse mesmo ano, pelas forças que apoiavam o governo para concorrer nas eleições:

O primeiro foi formado principalmente pelos interventores estaduais e constituiu-se no partido da cúpula governamental estadonovista. Já o PTB foi concebido como um grande partido de massas que teria como base o proletariado urbano beneficiado pela legislação trabalhista implantada no Estado Novo¹⁰.

O clima, porém, era de tensão, gerada por agitações de grupos de esquerda e pelo movimento que ficou conhecido como “queremistas”, pois usavam o refrão “Queremos Getúlio” reivindicando a redemocratização do país sob o comando do Presidente. Vargas, mais uma vez, assumiu um posicionamento dúbio em relação a esse movimento, deixando a oposição receosa de um novo golpe. Esse receio aumentou e chamou a atenção das forças armadas quando o presidente antecipou as eleições estaduais e municipais para o mesmo dia da eleição nacional. Como todo o candidato que fosse titular de cargo deveria se demitir até 30 dias antes dessas, a oposição temia que os novos interventores manipulassem os votos do dia 02 de dezembro.

Além de tudo isso, a substituição de João Alberto por Benjamim Vargas (irmão de Getúlio), no cargo de chefe da polícia do Distrito Federal não foi bem aceita pelos militares. João Alberto entrou em contato com Góis Monteiro que logo começou a mobilizar a opinião dos oficiais a favor de um golpe para depor o presidente.

¹⁰ <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> acesso em 24 abril 2007.

Em 29 de outubro de 1945 Getúlio foi deposto por Góis Monteiro. A presidência interina foi entregue para José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, que governou o país até a posse do novo presidente, após as eleições (SKIDMORE, 1982).

2.1.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda

Para instruir e adaptar a população a essa nova realidade social, disseminar e consolidar os valores do novo regime, Getúlio Vargas faz da propaganda e da imprensa um instrumento fundamental (OLIVEIRA, 1982). Desde o início do seu governo, na década de 30, aparece essa preocupação em organizar e sistematizar a comunicação em um departamento. Em 1931 é criado o Departamento Oficial da Publicidade, em 1934 o Departamento da Profusão e Difusão Cultural (DPDC), em 1938, esse foi transformado em Departamento Nacional de Propaganda (DNP) que, por fim, torna-se, em 27 de dezembro de 1939 pelo decreto-lei nº 1.915, Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O DIP foi dirigido desde a sua criação até 1942 por Lourival Fontes. O major Coelho dos Reis assumiu a direção em agosto de 1942 permanecendo até agosto de 1943, quando o capitão Amílcar de Menezes assumiu até a extinção do órgão em 1945 (Goulart, 1990).

Segundo a mesma autora a comunicação trabalhava, no geral, voltada para dois setores da sociedade: as classes trabalhadoras urbanas e as classes dominantes.

O objetivo para a primeira era integrá-la ao jogo político através do populismo que pelo discurso negava a existência de disputas entre as classes, apresentando a sociedade como um grupo homogêneo onde todos eram iguais e trabalhavam pela construção da nação; mostrava o Estado como a instituição responsável por amparar e beneficiar os trabalhadores e de defender com justiça e segurança os seus direitos; e colocava Vargas como um pai que tudo fiscaliza. O trabalho era o valor exaltado como essencial para a dignidade humana, sendo as leis trabalhistas, criadas pelo governo, lembradas de forma repetitiva como o fator que colocou o Brasil entre os países civilizados.

Para as classes dominantes os objetivos eram anular o descontentamento da oligarquia agro-exportadora e da classe média com as características centralizadoras, autoritárias e intervencionistas do Estado Novo, visando conseguir o apoio dessas e a coesão interna dos grupos. Para isso o discurso era construído mostrando a inovação do regime e sua adequação a realidade nacional de falência do liberalismo, justificando a nova forma do regime como a mais adequada para o país. Era assegurado que o modelo de organização política e econômica do Estado Novo não prejudicava os grupos industriais ao contrário os favorecia.

Reiterava-se o caráter inovador do regime, buscando-se no passado, na tradição, no "inconsciente nacional", as fontes inspiradoras de mudança. Tomava-se a história do país como referencial para dela se extraírem exemplos comprobatórios de que a vocação nacional era centralizadora e que fora deturpada pelo excessivo federalismo da "República Velha", localista e desagregador. O Estado liberal era acusado de ignorar a totalidade do homem, as características específicas da nação, e de agir como mero espectador das dificuldades materiais da população. Diferentemente, o Estado Novo se propunha a coordenar a distribuição da riqueza nacional (GOULART, 1990, p.18).

O DIP operacionalizou esses objetivos centralizando e coordenando a comunicação social do Governo, propagando os valores ideológicos do novo regime, censurando e eliminando as idéias indesejáveis buscando realizar a uniformidade da mensagem. Além disso, realizou a promoção do sentimento nacionalista, a transformação da imagem do brasileiro "malandro" em homem trabalhador e a valorização da imagem de Getúlio Vargas. Segundo Levine (2001), foi Lourival Fontes quem retratou Vargas como o "pai dos pobres" pela primeira vez.

[. . .]O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) desenvolveu uma larga rede de comunicações, copiando os modelos fascistas e nazistas. Tivemos as grandes concentrações, os desfiles escolares, a utilização das músicas e dos grandes nomes, aos quais se proporcionaram recursos para a apresentação da sua arte. O culto da personalidade atingiu níveis até então desconhecidos (SILVA, 1985, p.230).

Os instrumentos utilizados pelo DIP para cumprir essas funções foram diversos. O rádio foi um veículo de grande importância na integração da cultura nacional, pois as ações do governo, as manifestações e os discursos das datas comemorativas eram divulgados inclusive às populações rurais e atingiam a camada da sociedade analfabeta. A “Hora do Brasil” se tornou o programa de rádio mais conhecido e foi “o meio para nacionalizar as mensagens, superando a estrutura dispersiva até então existente” (GOULART, 1990, p.22).

O movimento editorial (livros, revistas, folhetos e cartazes), por sua vez, organizou o pensamento político, propagou os feitos e as propostas do regime e fazia propaganda do Estado Novo e seus dirigentes. A produção de um noticiário oficial, elaborado pela Agência Nacional e a distribuição gratuita de matérias garantiam a uniformização da mensagem.

As datas cívicas eram comemoradas através de concentrações populares em estádios e praças e desfiles de estudantes, por exemplo, com promoção do DIP e algumas vezes do Ministério do Trabalho, onde “procurava-se reforçar a imagem da harmonia social”; (BERCITO, 1982, p.31). O cinema foi um instrumento utilizado através da exibição obrigatória, antes de todos os filmes, do Cinejornal Brasileiro. O DIP encomendava à companhia Cinédia, de Adhemar Gonzaga, que produzia e distribuía o curta-metragem em que as realizações governamentais eram registradas (Goulart, 1990). Utilizava-se, ainda, o sistema escolar e as músicas, principalmente o samba, como forma de transmitir valores populares, como o casamento e o trabalho (LEVINE, 2001).

Para cada um desses instrumentos utilizados havia um órgão dentro do DIP responsável. Esse departamento estava, dessa forma, organizado em seis divisões: de Divulgação, de Radiodifusão, de Cinema e Teatro, de Turismo, de Imprensa e Serviços Auxiliares.

A divisão de Divulgação visava justamente divulgar os valores do Estado e suas realizações. Era de sua competência a realização da movimentação cultural como a inauguração de bibliotecas, a promoção de solenidades comemorativas das datas cívicas (espetáculos de gala, concertos, desfiles etc), conferências, sessões literárias, congressos e cursos; a distribuição de matérias pagas, de origem oficial, à

imprensa; e o serviço de distribuição semanal de informações sobre o Brasil para órgãos internacionais. A essa divisão estava atrelado o Serviço de Edição e Revisão Geral responsável por editar e distribuir “livros, folhetos, cartazes de propaganda, obras premiadas em concursos promovidos pelo DIP e conferências dos ministros, avaliando obra do Governo” (GOULART, 1990, p. 64).

Essa função de promoção cultural do DIP reforça a constatação de Velloso (1982 p. 72): “A questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade”.

A divisão de Imprensa exercia a censura, a organização de controle da imprensa nacional e estrangeira, a organização do arquivo de jornais, revistas e folhetos brasileiros e estrangeiros, registro das publicações periódicas e concessão da autorização da circulação dos mesmos. Vinculado a essa divisão estava o Conselho Nacional de Imprensa com uma atividade reguladora de assessoria à divisão. No âmbito de suas atribuições estavam a distribuição de papel e das outras matérias-primas da indústria editorial, o exame das condições de trabalho dos empregados em empresas jornalísticas e de sua remuneração, o registro e a classificação dos periódicos, o exercício da censura e o registro das agências de informação nacionais e internacionais bem como seus correspondentes; e a Agência Nacional, que funcionava como um jornal, sendo o centro de todos os serviços jornalísticos do DIP. Cabia a agência fornecer matéria para os outros setores e para a imprensa em geral.

À divisão de Rádio cabia “superintender os serviços de radiodifusão do país e orientar a rádio brasileira em suas atividades culturais, sociais e políticas” (GOULART, 1990 p.68). O Brasil tinha 110 emissoras de rádio, todas obrigatoriamente irradiavam o programa “Hora do Brasil” das 20h às 21h, que tinha as finalidades informativas, cívicas e culturais. Essa divisão ainda editava um programa infantil, abordando temas patrióticos; organizava o intercâmbio dos artistas do rádio com organizações estrangeiras; realizava a transmissão para os EUA de programas que falavam sobre as regiões do país, e que resumiam discursos do Presidente ou que veiculavam músicas do folclore nacional e de óperas brasileiras; e, para a América Latina, irradiava boletins em língua espanhola. Fiscalizava os programas radiofônicos e

exercia a censura inclusive a letras e gravações de discos. Regulava, ainda, o funcionamento dos alto-falantes instalados nas praças e ruas de cidades do interior que transmitiam os programas oficiais.

A divisão de Cinema e Teatro produzia o Cinejornal Brasileiro, censurava filmes e fornecia certificados de aprovação através da Seção de Julgamentos de Filmes e Programas. O Conselho Nacional de Cinematografia estava vinculado a essa divisão e estabelecia normas para os produtores, importadores, distribuidores e exibidores de filmes; promovia a regularização e a fiscalização da produção, da circulação, da propaganda e da exibição entre outras atividades. No teatro essa divisão exercia a censura dos programas e peças e registrava os contratos dos artistas garantindo seus direitos (op.cit., 1990).

A divisão de Turismo organizava e fiscalizava os serviços turísticos internos e externos. As agências de viagem e de turismo tinham que ser cadastradas, bem como seus guias e intérpretes para poderem trabalhar na legalidade. A divisão coordenava os empreendimentos na área tanto da iniciativa privada quanto da administração pública, como a construção de hotéis e a manutenção dos existentes. Além disso, cuidava da promoção do Brasil como país turístico através da organização de exposições, distribuição de fotografias das principais cidades turísticas do país e a edição de folhetos e revistas em diversas línguas.

Os Serviços Auxiliares ou Serviços de Administração eram de comunicação; de contabilidade e de tesouraria, de material, de filmoteca e de biblioteca. Ocupavam-se, no geral, da parte burocrática de despacho, de arquivamento, de compra de materiais e de conservação das realizações do DIP (filmes, livros etc). Além de editar o Boletim de Serviços que contemplavam os feitos do departamento (op.cit., 1990).

O DIP atuava, assim, em quatro principais áreas: de fiscalização, de editoração; de orientação dos conteúdos e das mensagens que deveriam ser veiculadas pelos meios de comunicação; e de promoção e apoio de manifestações culturais:

O DIP foi, portanto, um dos principais órgãos de animação nacional: realizava exposições, mostras de arte, concertos, conferências, palestras, visando apreender a realidade brasileira. Os filmes, livros, folhetos, cartazes, programas de rádio produzidos pelo órgão também elegeram o Brasil como seu tema principal. Além disso, o DIP apoiava e patrocinava festas populares de cunho folclórico, festejos cívicos, excursões turísticas a sítios históricos e pitorescos (GOULART, 1990, p.27).

Esse Departamento foi extinto em 25 de maio de 1945 pelo decreto-lei nº 7.582 que criava o Departamento Nacional de Informação (DNI), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

2.1.2 A Revista *"Cultura Política"*

A revista *Cultura Política*, objeto de estudo da presente pesquisa, foi dirigida por Almir de Andrade, publicada mensalmente e sua venda realizada nas bancas de revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo (VELLOSO, 1982) além de ser disponível para assinatura. Seu primeiro número foi lançado em março de 1941 e sua publicação encerrada 1945. O mês exato da última revista é motivo de divergência entre as fontes consultadas neste trabalho. Goulart (1990) coloca que a revista circulou até fevereiro; para Velloso (1982) a publicação ocorreu até outubro; de acordo com o site do CPDOC o último número da revista data do mês maio de 1945. Tanto o acervo da UFRGS quanto do CPDOC que contêm a coleção incompleta da revista, a última edição disponível para consulta é a de número 50 correspondente aos meses de março, abril e maio — única edição trimestral.

A apresentação da revista não foi uniforme ao longo desses cinco anos. Exemplos disso são: a variação no número de páginas (entre 150 e 400), a distribuição das seções e a diagramação da publicação. Até agosto de 1942 a revista era dividida em: *"Problemas políticos e sociais"*; *"O pensamento político do chefe de governo"*; *"A estrutura jurídico-política do Brasil"*; *"Textos e documentos históricos"*; *"A atividade governamental"*; *"Brasil social, intelectual e artístico"*.

Em setembro de 1942 ocorre uma reestruturação na distribuição de temas em novas seções e com isso o índice da revista fica visualmente mais claro. A

publicação passa a estar dividida, no geral, sob as seguintes seções: “*Problemas regionais*”; “*Trabalho*”; “*Produção*”; “*Finanças*”; “*Educação*”; “*Transporte e comunicação*”; “*Política nacional*”; “*Política internacional*”; “*Política militar e defesa nacional*”; “*Povoamento*”; “*Literatura*”; “*Folclore*”; “*Quadros e costumes regionais*”; “*Quadros do passado brasileiro*”; “*Música*”; “*Artes plásticas*”; “*Cinema e teatro*”; “*Rádio*”; “*Filologia*”; “*Biografia*”; “*Bibliografia*”; “*Texto e documentos*”; “*Inquéritos e reportagens*”; e “*O Brasil no exterior*”; “*Geografia*”; “*O Brasil na guerra*”. Essa divisão, no entanto não era constante, ou seja, após as mudanças de 1942 as seções contidas em cada edição podiam variar de mês para mês.

Os funcionários e colaboradores eram bem remunerados recebendo o dobro, normalmente, do que os profissionais das outras publicações. Esse quadro de colaboradores era diversificado, embora quem dava as direções dos discursos eram intelectuais de renome ligados diretamente ao aparelho do Estado (VELLOSO, 1982). Com colaboração regular estavam Francisco Campos Azevedo (que trabalhou na elaboração da constituição de 1937); Azevedo Amaral; Lourival Fontes; Rosário Fusco. Entre as “contribuições especiais” (sic) encontrava-se Néelson Werneck Sodré, Gilberto Freire e Graciliano Ramos entre outros (GOULART, 1990). Assim, entre as publicações que proliferam na época a “Cultura Política foi a de maior fôlego, reunindo, em número significativo, a nata da intelectualidade oficial” (op.cit., 1990 p.89), voltada para a produção do discurso, diferentemente de outras publicações destinadas a difusão do pensamento do regime conforme constata em sua pesquisa Velloso (1982).

A proposta da revista, assim, era definir e esclarecer os rumos das transformações sociais e políticas do país, configurando-se como uma publicação de “estudos brasileiros” – conforme consta em seu subtítulo, sendo um importante meio de veiculação do pensamento político autoritário (GOULART, 1990). As ações do governo na área da política, da economia, na técnica, nas artes e nas ciências são registradas, além de tudo o que se escrevia sobre o presidente e sobre o regime. A revista era o porta-voz do DIP e o principal veículo para a função legitimadora do Estado Novo. Servia como ponto de referência para intelectuais incumbidos de divulgar o regime e para o corpo burocrático do Governo que encontrava nela as justificativas dos planos e

ações do Estado nos diversos setores. Por isso, seu público de interesse era a elite intelectualizada que conforme expõe Goulart (1990) a estudavam sistematicamente.

2.2 Ideologia – um complexo conceito

O termo ideologia modificou seu significado original ao longo da história, sendo hoje considerado complexo pela freqüência com que é empregado e pelos diversos sentidos que lhe são atribuídos. Ao falar em ideologia, portanto, se faz necessário apresentar sob qual ponto de vista foi empregada essa palavra. No presente trabalho utilizei o conceito desenvolvido por Thompson no livro “Ideologia e Cultura Moderna” (1995), mas, antes de apresentar a base desse referencial vou resgatar alguns usos desse termo.

Atribui-se o primeiro uso da palavra ideologia a Destutt de Tracy, na França em 1801. Junto com outros pensadores franceses, Tracy quis desenvolver uma ciência da origem das idéias a partir da observação das relações entre corpo humano e meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações. A característica principal desses estudiosos era o materialismo, pretendendo assim propor uma forma de conhecimento baseado na ciência, no material, negando toda a forma de pensamento fantástico ou sobrenatural. Queriam, portanto, desenvolver a própria “ciências das idéias”, como forma de estudá-las objetivamente.

Este grupo fez oposição ao regime monárquico de Napoleão Bonaparte, o que levou o monarca a realizar duras críticas a estes pensadores e a seus estudos, principalmente à ideologia. Bonaparte é, assim, o primeiro a empregar o termo com outro sentido, dando-lhe um tom negativo e pejorativo. Se antes ideologia era uma ciência onde a partir do real o homem adquire suas idéias, após as críticas passa a ser um sistema que inverte “as relações entre as idéias e o real” (CHAUÍ, 2001, p.28).

Marx, por sua vez, retoma esse sentido negativo ou pejorativo do termo empregado por Napoleão. Seus estudos estando no centro do desenvolvimento do uso deste conceito, por atribuir a ele um “novo status como instrumental crítico e como componente essencial de um novo sistema teórico” (THOMPSON, 1995, p.49).

Marilena Chauí (2001) destaca que a formulação de ideologia segundo Marx está atrelada à sua concepção de história enquanto conhecimento dialético e materialista da realidade social. Sendo assim, a ideologia substitui o real pela idéia de real, quando, por exemplo, a dominação de uma classe é substituída pelo interesse geral representado pelo Estado, que se ampara em idéias de leis legítimas, boas, justas e válidas para todos. A ideologia passa a ser, assim, “um processo pelo qual as idéias da classe dominante tornam-se idéias de todas as classes sociais, tornando-se dominante” (op.cit., p.84) impedindo a revolta dos dominados, pois mostra a dominação violenta como algo legal, legítimo, justo e bom.

Ideologia, dessa forma, para Marx é um instrumento de dominação de classe com o papel de impedir que esta seja percebida em sua realidade concreta. Para isso, dissimula e oculta a existência das divisões sociais, transformando as idéias particulares das classes dominantes em idéias gerais com validade para toda a sociedade. É, ainda, o modo ilusório pelo qual representam o aparecer social (modo como os processos sociais aparecem para a consciência direta dos homens) e uma práxis social que, “partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de idéias ou representações sobre a realidade” (Chauí, 2001, p.95).

Thompson (1995), a base referencial utilizada nesse trabalho baseia-se na concepção de Marx, no que se refere à ideologia como um instrumento de dominação e sustentação, para a formulação do seu próprio conceito. Apresenta, porém, três aspectos principais que o diferencia do conceito desenvolvido pelo filósofo alemão: as formas simbólicas podem ser ou não ilusórias e errôneas, ou seja, essa situação de ilusão ou falsidade passa a ser uma possibilidade e não uma característica da ideologia; as relações de dominação não ocorrem somente entre as classes sociais, mas também em diversas relações presente na sociedade moderna (entre sexos, grupos étnicos, entre outros); por fim, observa que Marx menospreza as utilizações das formas de representação simbólica e os sentidos de cada classe como forma de criar e manter as relações entre pessoas e grupos. Thompson, dessa forma, propõe que:

[. . .]ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p.79).

Ideologia, assim, para o autor (p.76), é “a maneira como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Considerando significado das formas simbólicas (ações, fala, imagens ou textos criados por sujeitos e reconhecidos por eles e por outros como construções com significados) introduzidas e transitando no contexto e no mundo social. A dominação, por sua vez, existe quando são estabelecidas relações de poder assimétricas, ou seja, quando determinado grupo detém o poder de forma fixa e inacessível aos outros grupos.

A partir disso, esse autor apresenta cinco modos gerais de operação da ideologia, como forma de entendermos como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar essas relações de dominação em determinadas condições sócio-históricas e ligadas a diversas estratégias de construções simbólicas. São elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Thompson (1995) destaca que esses modos não são os únicos, mas os típicos modos que eles podem operar em conjunto reforçando-se mutuamente; por fim, que essas estratégias não são ideológicas como tais, mas de acordo com a utilização da forma simbólica construída para manter ou subverter o poder.

Legitimação, dessa forma, é a relação de dominação representada como justas e dignas de apoio, baseando-se nos fundamentos, apresentado por Max Weber, racionais, tradicionais e carismáticos. Esse modo geral de operação da ideologia pode ser expressa em formas simbólicas pelas estratégias típicas de construção simbólica como a racionalização (que organiza e defende as idéias através do raciocínio lógico); a universalização (quando os interesses de uns aparecem como interesses de todos); e a narrativização (quando as exigências da legitimação são inseridas na história que contam o passado e tratam o presente como parte da tradição eterna e aceitável).

A dissimulação, segunda forma de operação da ideologia apresentada por Thompson (1990), ocorre quando os acontecimentos são ocultados, negados, obscurecidos, e representados de forma a desviar a atenção, ou quando os fatos passam por cima dos processos e relações existentes. Pode ser expressa por formas simbólicas utilizando diversas estratégias como o deslocamento (um determinado objeto ou determinada pessoa é usado para referir a um outro e com isso ocorre a transferência das suas conotações positivas ou negativas); a eufemização (ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valorização positiva); e a utilização do tropo (uso figurativo da linguagem através da utilização da sinédoque, da metonímia e da metáfora).

Unificação, por sua vez, é uma forma de interligação entre os indivíduos numa identidade coletiva que ignora as diferenças e as divisões entre eles. É expressa tipicamente com a estratégia de padronização (ocorre a adaptação das formas simbólicas a um padrão proposto, partilhado e aceito de fundamento de troca simbólica) e de simbolização da unidade (construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva, comum a todos).

O quarto modo geral de operação da ideologia é a fragmentação. Essa, ao invés de unir, como o anterior, provoca a segmentação entre indivíduos ou grupos capazes de tornarem-se uma ameaça real aos grupos dominantes, ou dirige suas forças de oposição contra um alvo projetado como ameaçador. Nesse modo de operação as estratégias típicas de construção simbólica são: diferenciação (dá ênfase às diferenças entre pessoas ou grupos destacando as características que os desunem, impedindo a organização e que se constituam como reais ameaças ao poder) e o expurgo do outro (construção de um inimigo que é retratado como perigoso e ameaçador a toda a sociedade que deve se unir para expurgá-lo).

A reificação, por fim, retrata uma situação transitória, histórica como algo permanente, natural e atemporal. Pode acontecer através de um ou mais dos seguintes processos: naturalização (uma criação sócio-histórica é tratada como um fato natural ou como resultado inevitável dos processos naturais); eternização (os fenômenos sócio-históricos são apresentados como permanentes e imutáveis, esvaziando-se seu caráter histórico); e nominalização/passivização (concentram a

atenção do ouvinte ou do leitor em certos temas com o prejuízo de outros. Utiliza-se de frases na voz passiva, com a ausência do sujeito).

Thompson (1995), assim, nos dá orientações gerais para facilitar a pesquisa e o uso do termo ideologia enquanto instrumento para estabelecer e sustentar a dominação. Ressalta, portanto, que para isso devemos sempre levar em consideração os contextos em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas, os mecanismos específicos de transmissão produtor-receptor e o exame do sentido que essas formas simbólicas possuem para seus produtores e receptores.

2.3 Meios de comunicação – uma instituição paradigmática

Para entender a questão dos meios de comunicação e suas relações de poder, utilizei a abordagem que Thompson (2002) oferece em seu livro “A Mídia e a Modernidade”.

A comunicação (produção, armazenamento e circulação de informação e de conteúdo simbólico) tem ocupado papel central na vida social, uma vez que é a forma do indivíduo se expressar e interpretar as expressões usadas pelos outros. Além disso, a produção dessas formas simbólicas pode intervir no curso dos acontecimentos com diversas conseqüências, como induzir a acreditar ou a não acreditar em algo e a apoiar as ações do estado ou movimentar as massas contra esse, entre outras coisas. Thompson usa a expressão “poder simbólico” para designar justamente a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar nas ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (p.24).

O autor entende, dessa forma, a transmissão da informação e do conteúdo simbólico como sendo a quarta forma de poder ao lado do poder econômico, do poder político e do coercitivo. As instituições que proporcionam as bases para o exercício do poder simbólico, ou as “instituições paradigmáticas” como denomina o autor, incluem as instituições religiosas, as instituições educacionais e as instituições da mídia.

Os meios de comunicação se desenvolveram e passaram a ocupar gradativamente um papel de destaque na produção e distribuição do conteúdo

simbólico na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Essa transição ocorreu devido a diversas transformações de ordem política, econômica e cultural, com o desenvolvimento do capitalismo, formação dos estados-nação e com as inovações técnicas que permitiram a alteração sistemática dos meios de produção e circulação das formas simbólicas, respectivamente. As principais mudanças, dessa forma, que auxiliaram a reorganização social do poder simbólico foram: a fragmentação da autoridade religiosa e o declínio de seu poder; a gradual expansão dos sistemas de conhecimento; e a mudança da escrita para a impressão que levou para o desenvolvimento das indústrias da mídia.

A invenção de Gutenberg – a máquina impressora – impulsionou, portanto, o surgimento das indústrias da mídia que se tornaram a base do poder simbólico a partir da metade do século XV, escapando do controle do Estado e da Igreja. Ou seja, as oficinas de impressão se espalharam pela Europa, constituídas como empresas comerciais de bases capitalistas, o que significa dizer que ocorreu a mercantilização dessas formas simbólicas.

Os primeiros impressos eram livros religiosos, de filosofia, teologia clássica e medieval e textos de assuntos jurídicos e científicos, o que contribuiu para a difusão do protestantismo e a conseqüente fragmentação da Igreja Católica; para o renascimento do interesse pela Antiguidade; para a expansão do Humanismo e a preservação e reprodução das obras do *quattrocento*; além de tornar mais fácil o acúmulo e a difusão dos dados sobre o mundo natural e social e o desenvolvimento de sistemas padrões de classificação e de representação.

No século seguinte começa a aparecer outra forma de desenvolvimento da imprensa: as publicações periódicas relatando eventos e transmitindo informações de caráter político e comercial. Do século XVII data a origem dos jornais modernos, quando pela primeira vez esses exerceram influência sobre os fatos correntes, manifestando diversos pontos de vista sobre assuntos de interesse público. No século XVIII, temos a consolidação da imprensa periódica comercial independente do poder do estado. Seus impressos eram distribuídos nas cidades por redes de agentes, vendedores ambulantes e por cafeterias que os deixavam à disposição dos clientes.

No século XIX, finalmente, ocorre o aumento da comercialização dos impressos, ou a expansão do mercado, devido às inovações técnicas na indústria gráfica, ao crescimento da população e ao declínio expressivo das taxas de analfabetismo. Os periódicos passam a vender seu espaço para publicidade (que adquire papel importante na organização financeira das indústrias) e, conseqüentemente, mudam sua apresentação visual para ampliar sua rede de leitores. Nessa época, os jornais passam a ser meios vitais para a venda de outros produtos e serviços.

Esse fator, aliado à globalização da comunicação e ao desenvolvimento das formas eletrônicas de comunicação mediada são apresentadas como os fatores centrais no desenvolvimento das indústrias da mídia, que se caracterizam por serem multinacionais de grande porte, multimídias (investem em diversos setores da mídia) e por adquirirem as maiores porções do mercado, ou seja, poucas organizações comandam a maior parte do mercado.

Com isso também temos o desenvolvimento da chamada “comunicação de massa”, que Thompson (2002, p.32), determina como sendo a “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”, onde o que importa não é a quantidade de indivíduos que recebem os produtos, mas a disponibilidade desses para uma grande pluralidade de destinatários.

3 A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE E OS CAMINHOS DA PESQUISA

Para atingir o objetivo de identificar a maneira como essa produção simbólica – revista “Cultura política” – auxiliou na sustentação do poder, ou, verificar o quão ideológico foram seus textos, escolhi como referencial metodológico a técnica da Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por John B. Thompson (1995). Levando em consideração o fato desse autor fazer parte do referencial teórico desse trabalho, principalmente na conceituação de ideologia, o método em questão se mostrou o mais adequado, uma vez que o próprio autor desenvolve a interpretação da ideologia como uma forma específica da Hermenêutica de Profundidade (HP).

Esse referencial abrange a análise sócio-histórica na qual a forma simbólica é produzida, distribuída e recebida; a análise da estrutura articulada dessa forma simbólica; e busca entender seu papel de representar algo, ou seja, as formas simbólicas sempre dizem alguma coisa de algo. Além disso, Thompson (1995) como a HP é adaptada para realização da interpretação da ideologia, conforme veremos a seguir.

A palavra “hermenêutica”, que significa interpretação em grego, provém do conjunto de escritos do século II e III que profetizavam a vinda de Cristo e que segunda a lenda foram escritos por Hermes Trismegisto, ficando esses conhecidos como textos herméticos. Como o estudo desses escritos procurava descobrir os segredos ali ocultos o termo “hermenêutica” passou a ser usado para designar a interpretação das Escrituras que, através de uma análise minuciosa, objetivava revelar a verdadeira vontade de Deus.

No início do século XIX, Freidrich Schleurmacher propõe um método hermenêutico aplicado na análise de textos em geral, entendendo o contexto específico no qual o material analisado havia sido produzido. Wilhelm Dilthey, por sua vez, irá aplicar os princípios da hermenêutica no estudo da sociedade e da História por entender que as ciências sociais não poderiam nem aplicar os mesmos métodos das ciências naturais, nem apenas usar a interpretação e o empirismo. Esse conceito foi ampliado no século XX por Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer que entendiam a

hermenêutica como uma característica importante da humanidade uma vez que estamos imersos em contextos no qual a linguagem é o meio de comunicação e de entendimento do nosso “ser essencial” (ROHMANN, 2000).

A Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por Thompson (1995) está baseada em estudos dos filósofos do século XIX e XX, principalmente na obra de Ricoeur (1981), pois:

[. . .]ele procurou construir sobre as intuições de Heidegger e Gadamer, sem abandonar as preocupações metodológicas. Ele procurou explicita e sistematicamente, mostrar que a hermenêutica pode oferecer tanto uma reflexão filosófica sobre o ser e a compreensão como uma reflexão metodológica sobre a natureza e tarefas da interpretação na pesquisa social (THOMPSON, 1995 p. 362).

Esse autor, porém, vai além desses estudos e sugere um referencial metodológico para a interpretação das formas simbólicas. Esse referencial é desenvolvido pelas seguintes fases: *análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva; interpretação/re-interpretação.*

A *análise sócio-histórica* tem por objetivo “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 1995 p. 366) tendo em vista que essas têm uma ligação estreita com o contexto no qual foram produzidas, transmitidas e recebidas, não existindo isoladas, no vazio. Thompson (1995) entende que as maneiras de examinar as condições variam de acordo com o tipo de estudo desenvolvido, mas indica quatro aspectos básicos dos contextos sociais a serem analisados — *situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais e estruturas sociais* — propõe, ainda, que cada um desses pontos determina um nível de análise diferente.

O primeiro ponto visa reconstruir e estudar o ambiente em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas; o segundo diz respeito à análise do campo de interação, ou seja, o “espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam algumas relações entre pessoas e algumas das oportunidades acessíveis a elas” (op.cit., 1995 p. 366); o terceiro ponto propõe a análise das instituições sociais, ou seja, a reconstrução dos conjuntos de regras, recursos e

relações de que são compostas, traçando seu desenvolvimento através do tempo, examinando as práticas e atitudes dos indivíduos que agem a seu favor e dentro delas; por fim, a análise da estrutura social tem por finalidade verificar as diferenças coletivas relativamente estáveis e sistemáticas.

Thompson (1995) sugere, ainda, outro ponto a ser estudado que está atrelado aos quatro aspectos apresentados anteriormente: *os meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão*. Conforme coloca o autor, os meios técnicos não existem de forma isolada, fazendo parte de contextos sócio-históricos; são desenvolvidos em instituições específicas; e supõe habilidades, regras e recursos para criar e entender as mensagens, fatores esses distribuídos de forma desigual entre as pessoas. Por tudo isso a

[. . .] análise sócio-histórica dos meios técnicos de construção e de transmissão de mensagens não pode se constituir apenas numa investigação técnica, mas deve procurar elucidar os contextos sociais mais amplos em que esses meios estão inseridos e empregados (THOMPSON, 1995 p. 368).

A segunda fase de desenvolvimento da HP, *a análise formal ou discursiva*, considera as formas simbólicas, além de produtos inseridos em contexto, regras e recursos, uma construção complexa que expressa algo. Por isso deve ser analisada de forma diferenciada onde interessa a organização interna das formas simbólicas. O autor indica duas formas de realizar essa análise sendo a primeira a análise *semiótica* que busca estudar as relações entre os elementos componentes das formas simbólicas e a relação desses com o sistema mais amplo da qual as formas simbólicas podem pertencer, de forma a entender como é construído e transmitido o sentido da mensagem; e a segunda a análise *discursiva* que consiste em vários métodos para se analisar formalmente as características estruturais das expressões lingüísticas e das relações do discurso. O autor indica quatro exemplos desses métodos para se estudar as instâncias do discurso, a saber:

Análise da conversação: estuda as propriedades sistemáticas das diversas maneiras de interação lingüística nas situações concretas em que ocorrem;

análise sintática: ocupa-se em analisar a sintaxe e com a gramática prática; *estrutura narrativa*: o autor considera a narrativa como um discurso que conta uma seqüência de acontecimentos, com personagens e eventos combinados com certa orientação. A análise pode buscar

[. . .]identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa particular, ou elucidar seu papel na narração da história [. . .] Mas nós podemos também examinar [. . .] os padrões, personagens e papéis que são comuns a um conjunto de narrativas e que constituem um estrutura subjacente comum (THOMPSON,1995 p.374).

Por fim, o autor apresenta a *análise argumentativa* que visa reconstruir e tornar claro os padrões de inferência que são características do discurso, através da divisão do corpo do discurso em conjuntos de afirmativas ou asserções ordenados por temas ou tópicos. Assim, pode-se traçar “as relações entre essas afirmativas e tópicos em termos de determinados operadores lógicos, ou quase lógicos (implicação, contradição, pressupostos, exclusão, etc.)” (THOMPSON, 1995, p.374).

Interpretação/re-interpretação é a última fase do enfoque da Hermenêutica de Profundidade. Essa é uma fase de construção baseada nas duas etapas anteriores, na qual, segundo o autor, os métodos auxiliam o pesquisador a ver as formas simbólicas de uma nova maneira. A interpretação tem um papel de síntese, pois procura unir os resultados da análise sócio-histórica e formal ou discursiva além de buscar entender a representação da forma simbólica analisada (ela diz alguma coisa de algo). Para tal, é necessário um movimento novo de pensamento que constrói, de forma criativa, possíveis significados.

A interpretação feita pelo analista é também uma re-interpretação na medida em que as formas simbólicas são pré-interpretadas cotidianamente pelos sujeitos que compõem o mundo sócio-histórico. Isso pode gerar um conflito entre as interpretações de superfície e as interpretações de profundidade, entre pré-interpretação e re-interpretação, e criar o espaço metodológico descrito por Thompson (1995) como “potencial de interpretação”.

A partir da apresentação desse referencial metodológico o autor mostra como utilizá-lo na interpretação da ideologia, entendendo-a como uma forma específica de Hermenêutica de Profundidade. Utiliza cada uma das fases apresentadas de uma forma particular visando “ressaltar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995 p. 378).

Na primeira fase da HP, a análise sócio-histórica, deve voltar-se para as relações de dominação características do contexto no qual as formas simbólicas foram produzidas e recebidas, prestando atenção particular nessas relações que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação. Interessa, pois, entender como essas relações alimentadas e sustentadas pelas formas simbólicas atuam no campo social.

A análise formal ou discursiva, segunda fase da HP, terá por objetivo verificar características da estrutura das formas simbólicas que facilitem a mobilização do significado. De forma prática, a análise se dará em duas etapas: primeiro ocorre a identificação das características estruturais, conforme demonstrado anteriormente; em seguida estabelecemos essas características como instâncias estratégicas dos modos de operação da ideologia (legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação).

A fase final, interpretação/re-interpretação, mantém a característica do papel de síntese criativa, mas também apresenta um diferencial, pois “interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar” (THOMPSON, 1995 p.379).

Não basta, portanto, utilizar o estudo do instrumental sintático ou narrativo na análise da ideologia, é preciso demonstrar como esses instrumentos ou estruturas auxiliam a construir um significado que, em circunstâncias sócio-históricas específicas, servirão para sustentar relações de dominação.

Para a realização do presente trabalho, utilizei o referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade em sua forma específica de interpretação da ideologia. O desenvolvimento da fase de análise formal ou discursiva

ocorreu através da aplicação, em 16 editoriais¹¹ da revista “Cultura Política”, da análise argumentativa e da classificação em instâncias estratégicas dos modos de operação da ideologia.

A escolha por analisar editoriais ao invés de qualquer outra editoria da revista foi por entender esse como um espaço onde normalmente encontramos expressas as opiniões de quem edita o veículo, nesse caso, o governo. Goulart (1990) participa da mesma opinião ao dizer que “como porta-voz do DIP, a revista ‘Cultura Política’ explicitou de forma muito completa aspectos do arcabouço político-ideológico do Estado Novo. Esse ideário vinha exposto principalmente nos editoriais da publicação [. . .]” Essa escolha vai ao encontro, portanto, do objetivo dessa monografia de verificar de que forma essa produção simbólica auxiliou na sustentação da relação de dominação.

Não foi possível identificar o número exato de edições da revista, uma vez que as fontes consultadas não concordam com a data final da sua publicação. Conforme dito no capítulo anterior, Goulart (1990) sustenta que a revista circulou até fevereiro; Velloso (1982) diz que a publicação ocorreu até outubro; enquanto o site do CPDOC afirma que o último número da revista data do mês de maio de 1945. Tendo em vista o material que estava à disposição para consulta (no CPDOC e na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), a revista em estudo teve, no mínimo, 50 edições sendo editada entre março de 1941 e maio de 1945.

Desse universo, tive acesso, através da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, às 44 revistas disponíveis em seu acervo, sendo que, dessas, três não apresentavam editoriais. Classifiquei então os 41 editoriais em dez grandes temas: *II° Guerra Mundial; 7 de setembro — dia da independência do Brasil; 10 de novembro — data que marca o início do Estado Novo; 19 de abril — aniversário de Getúlio Vargas; constituição e leis; política interna; política externa; geral; 1° de maio — dia do trabalho; e imprensa.*

A partir dessa classificação optei por analisar os editoriais de quatro grandes temas: *7 de setembro; 10 de novembro; 1° de maio; e imprensa; e o primeiro*

¹¹ Chamo de editorial todos os textos introdutórios da revista, ou seja, que apareciam antes das matérias e que não estavam submetidos a nenhuma seção.

editorial da revista. Escolhi, portanto, os editoriais que abordavam as datas valorizadas pelo governo como de relevância nacional; o tema *imprensa* para verificar como foi a relação imprensa/Estado Novo na busca pela sustentação da relação de dominação; e a análise do *primeiro editorial* da revista justamente por ser o da estréia e por entender que haveria nele os objetivos e a proposta da revista “Cultura Política”.

Com isso, obtive a amostra do trabalho de 16 editoriais sendo que quatro são sobre o sete de setembro; seis sobre o dez de novembro; dois sobre o 1º de maio; e três sobre ou para a imprensa. Esse tipo de classificação por temas e a escolha dos temas oportunizaram que fosse realizada a análise de cinco editoriais referentes ao ano de 1941; três editoriais de 1942; três editoriais do ano de 1943; três de 1944; e um de 1945, sendo este composto de três textos independentes (que abordavam assuntos diversos), pois a revista editada em maio correspondia às edições dos meses de março, abril e maio desse ano. São analisados, portanto, dois desses três textos no trabalho.

Essa amostra é composta, assim, por oito discursos do presidente Getúlio Vargas; um discurso do então diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, Lourival Fontes; cinco textos assinados por Almir de Andrade – editor da revista; um editorial formado por 14 cartas de ministros e do presidente à revista “Cultura Política”; e um texto que não há a indicação de quem escreve. Todas essas informações podem ser melhor visualizadas na tabela referente ao anexo A.

O passo seguinte à fase de seleção e delimitação da amostra, foi realizar a etapa da análise propriamente dita, onde a partir da leitura, identifiquei as características estruturais dos textos e classifiquei de acordo com os cinco modos de operação de ideologia conforme a proposta de Thompson (1995). Dessa forma, o Capítulo Teórico do presente trabalho corresponde à fase de *análise sócio-histórica* da HP, pois nele busco resgatar o contexto e as relações de dominação existentes quando as revistas foram pensadas e publicadas; e o capítulo da Análise — Interpretação da Ideologia corresponde à fase *análise formal ou discursiva*, e à fase de *interpretação/re-interpretação*.

Após realizar todas as etapas, criei quatro quadros que resumem a ocorrência dos modos de operação da ideologia, bem como de suas estratégias. O anexo B mostra somente a ocorrência dos modos de operação da ideologia de acordo

com os temas estudados; o anexo C organiza esses dados de acordo com o ano de publicação; o anexo D, por sua vez, coloca a ocorrência das estratégias dos modos de operação da ideologia de acordo com os temas; e o anexo E mostra esses dados de acordo com o ano de publicação. A partir dessa organização foi possível traçar algumas considerações finais a respeito desta pesquisa.

4 ANÁLISE - INTERPRETAÇÃO DA IDEOLOGIA

4.1 Primeiro editorial: Março de 1941 — “A evolução política e social do Brasil”

O primeiro editorial da revista tem como título “A evolução política e social do Brasil” e é assinado por Almir de Andrade – editor da publicação. O texto apresenta as mudanças políticas e sociais que o Brasil e o mundo estavam passando como acontecimentos naturais e alheios à ação e a vontade do homem. Esse modo de operação da ideologia, a reificação, aparece com a utilização da estratégia típica de construção simbólica, chamada por Thompson de naturalização. Um exemplo deste emprego ocorre quando os termos “*Instituições sociais e políticas*” e “*democracia*”, são colocadas como um ser autônomo e independente da ação do homem. As citações a seguir também demonstram a estratégia naturalização:

*[. . .] o arbítrio humano não pode modificar o que, por qualquer causa, ainda não é socialmente modificável.
O mundo espera [. . .] por algo novo [. . .]
A obra dos homens é somente um impulso da realização ou de renovação, maior do que ela completando-a, sobrepujando-a pela sua imensidade, é a obra do tempo. Os processos de evolução social tem (sic) a sua época própria (sic) de amadurecimento como os frutos que brotam da terra.*

Para reforçar essa ideologia como reificação, o texto informa que a função da população, em meio às mudanças, é viver a “*vida serena e confiante – feita de cordialidade, de confraternização e de espera numa ordem social mais justa*”, uma vez que o Brasil já está procurando uma solução para estes problemas (a guerra e o novo perfil político e social brasileiro).

A frase “*O Brasil de hoje procura uma solução [. . .]*”, expõe um outro modo de operação da ideologia: a dissimulação, através da estratégia tropo. O autor do texto usa a figura de linguagem metonímia, ou seja, o uso de um termo (o Brasil) substitui outro (o governo brasileiro), visando ocultar a relação de dominação (um grupo que governa/o povo governado). Assim, “o Brasil” também se torna uma instituição autônoma, quase divina, distinta da ação do homem, logo, distante de qualquer investida da população. Além do uso de metáforas e da sinédoque (tomar a parte pelo todo), outras formas de ocorrência da estratégia tropo são encontradas no final do texto: “(as páginas

da revista) *serão o espelho do Brasil* e *“eles (os escritores colaboradores da revista) falarão pelo Brasil. Porque eles (sic) são o Brasil”*. O uso dessas figuras de linguagem serve para dissimular o objetivo da revista, que seria a apresentação das idéias e das ações do governo. Isso leva o leitor a pensar que terá a representação do país com suas diferenças e diversidades, quando terá apenas a visão oficial do mesmo.

Este modo de operação, dissimulação, também aparece através da estratégia deslocamento, quando as expressões *“democracia”* e *“instituições sociais”* são utilizadas como sinônimo de “governo”. Neste caso, temos o deslocamento das conotações positivas destas expressões para a idéia de “governo”.

A frase “[. . .] *cooperação de todos os homens para o bem comum – sem distinções de privilégios, nem raças, nem classes, nem de fortunas*”, expõe o modo de operação da ideologia unificação, através da estratégia simbolização da unidade. O símbolo desta unidade seria a expressão *“bem comum”*, uma vez que ela sugere a união de todos, suprimindo as diferenças e divisões na busca do objetivo. A palavra *“trabalho”* também simboliza a união, tendo em vista que, segundo o texto, todos devem trabalhar e só através do trabalho digno atinge-se o *“bem comum”*.

Legitimar o trabalho apresentando-o como algo justo e digno é outro objetivo do texto. Para tal, utiliza a estratégia típica de construção simbólica racionalização, do modo de operação da ideologia legitimação. Assim, temos três parágrafos que apresentam argumentos mostrando os benefícios do trabalho para o homem e para a sociedade. Segundo o autor, pelo trabalho o homem conquista, entre outras coisas, *“o respeito e a proteção do Estado”*, além de ser um meio de *“emancipação da sociedade”*.

4.2 Imprensa

4.2.1 Setembro de 1941 - “A imprensa e o Exército Nacional”

A edição de setembro de 1941 traz como texto introdutório o discurso do Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, Lourival Fontes, “no banquete oferecido pela Imprensa ao Exército Nacional”, sob o título “A imprensa e o Exército Nacional”. Em seguida à fala do diretor do DIP, temos o discurso de resposta de Mário Ari Pires, sub-chefe do Estado-Maior do Exército.

O primeiro texto reforça a idéia de que o homem, como cidadão, tem o dever de servir a pátria, seja como militar, seja como civil, visando sempre a conquista ou a manutenção da “*unidade nacional*”. Para ilustrar este argumento, o autor utiliza a história de Duque de Caxias, colocando-o como exemplo máximo de civismo.

O modo de operação da ideologia dissimulação, aparece através da eufemização quando lemos: “[. . .] Exército [. . .] um instrumento de fraternidade”; “As guarnições constituíram-se centros infatigáveis de cultura, irradiação cívica e caldeamento patriótico”; ou pela forma como a história de Duque de Caxias é contada, repleta de eufemismos.

A legitimação ocorre: com o uso da narrativização, quando nos é contada a história do patrono do exército; através da racionalização, quando o texto utiliza argumentos para legitimar a condição de patriota como aquele que luta pela unidade nacional, ou quando desenvolve um raciocínio para mostrar o exército como uma instituição que merece confiança por defender os interesses de todos; e através da universalização, justamente ao apresentar a questão da “*unidade nacional*” como sendo um desejo e uma preocupação de toda a população brasileira, quando, na verdade, é interesse do grupo que está no comando do país. Outro exemplo de universalização está no parágrafo:

No momento de ressurgimento nacional vos reunistes, por inspiração patriótica, em torno da figura excepcional do Presidente Getúlio Vargas, como personificação da vontade coletiva, para restituir ao país um sistema político e uma ordem social [. . .] Nunca como naquela hora extraordinária, quando a nação e o chefe providencial se integraram harmonizados na mesma solidariedade de destino, o povo depositou tanto, na confiança das instituições armadas, o fervor e a essência do seu coração, nem o Exército melhor se sagrou na gratidão pública como encarnação e como reflexo da opinião nacional.

Sabemos, no entanto, que neste período da história nacional o que houve foi a união de políticos, empresários e exército visando defender os seus interesses, e que a população não teve nenhuma participação, principalmente nas tomadas de decisões.

No discurso em resposta ao realizado pelo diretor do DIP, encontramos novamente a história de Duque de Caxias contada com muitos adjetivos, de forma a torná-la mais romântica e heróica. Esta característica do texto pode ser enquadrada no modo de operação da ideologia que Thompson chama de dissimulação, através das estratégias eufemização e tropo (metáfora). No início do texto temos alguns exemplos:

O guerreiro se transmudou em pacificador e os triunfos nas lutas civis [. . .] foram mais de ordem psicológica e sentimental do que militar. As armas que, então, manejou foram principalmente as da inteligência e do coração [. . .].

Existe, desta forma, um apelo carismático em torno da figura do patrono do exército, ressaltando suas possíveis qualidades e seus possíveis feitos. Assim, as qualidades de Duque de Caxias são implicitamente relacionadas com a instituição exército, de forma que ela adquira o prestígio e a confiança daquele. Podemos dizer, portanto, que há o uso do deslocamento, mais uma estratégia do modo de operação da ideologia dissimulação.

Nos subtítulos “*O exército e a imprensa*” e “*A missão do exército nos países democráticos*”, percebo que ocorre a utilização do modo de operação da ideologia legitimação, através da estratégia racionalização. Com a estruturação de uma cadeia de raciocínio, o autor defende e justifica a falta de limite nas ações do exército. Os dois principais argumentos são: a defesa da unidade nacional e a proteção do território brasileiro frente à Guerra.

Nos tópicos “*Os perigos da crise mundial*” e “*O caráter totalitário da guerra*”, leio a presença do modo de operação da ideologia fragmentação, através da estratégia expurgo do outro. Esta estratégia se caracteriza pela criação de um inimigo e no chamado de todos para se unirem contra ele. As palavras “*ameaças*”, “*riscos*”, “*perigos*”, “*assustadoramente*”, “*grave*” e “*golpe*”, repetidas ao longo desse trecho do texto, criam a atmosfera de terror em torno da Guerra. Claro, o conflito não foi inventado, só entendo que ele foi utilizado para reforçar os argumentos que legitimam a ação sem limite do exército em todos os setores da sociedade, e contribuiu para o discurso da necessidade da união nacional.

O apelo à união do povo contra a guerra fica explícito no subtítulo “O valor do exército e a coesão social”. Temos um exemplo quando o autor cita o sociólogo Teixeira de Freitas, que diz:

[. . .] o valor do exército será, acima de tudo, o valor da Nação na coesão social, no espírito de sacrifício e solidariedade dos seus filhos na organização das suas forças econômicas, na riqueza espiritual de suas massas e na caridade mental de suas elites.

A legitimação através da racionalização está presente novamente nos subtítulos “A importante missão do DIP” e “A força da imprensa”. Segundo o autor, seria o DIP a instituição competente para disseminar este papel do exército, explicando à opinião pública que, acima dos interesses individuais, devem estar os “deveres e as obrigações de todos para com a Pátria”. Além disso, Mário Ari Pires vale-se de alguns fatos históricos em que, segundo ele, o jornalismo foi importante para expressar a função atual dessa profissão:

Presentemente, árduos e inclináveis deveres lhe cabem no alevantamento de virtudes heróicas que dignificam as gerações de Caxias, e hoje jazem adormecidas na placidez de um longo interregno de guerras externas.

No subtítulo “Preparar a nação contra os perigos das agressões externas”, vemos novamente o uso da fragmentação através do expurgo do outro, ou seja, um inimigo comum a todos que deve gerar a união. Por exemplo:

A nossa preocupação constante deve ser prevenir e alertar todos os rincões patrícos contra os engodos e as artimanhas daqueles que insidiosamente, procuram desunir a família brasileira, no propósito de afrouxar-lhe a capacidade de reação, para que, assim enfraquecida e vilipendiada, se torne presa fácil das forças a serviço das quais andam esses agentes de corrupção e avassalamento.

O autor finaliza este tópico dizendo que o dever deles (exército e imprensa, ou DIP?) é informar a verdade, e não abrir brechas para dúvidas do povo em relação à vitória do Brasil.

Em “*O compromisso do Brasil nas Américas*”, o autor faz uso do fundamento tradicional, no qual está baseada o modo de operação da ideologia legitimação e da estratégia racionalização, ao dizer que o Brasil tem um compromisso já tradicional com o continente, e cita alguns fatos históricos para exemplificar este argumento. O discurso encerra apelando para a união dos brasileiros em torno da bandeira nacional, o que caracteriza o modo unificação através da simbolização da unidade.

4.2.2 Maio de 1944 —“Discurso na A.B.I.”

O discurso de Getúlio Vargas, publicado na edição de maio de 1944 como editorial da revista “Cultura Política”, foi realizado na Associação Brasileira de Imprensa em agradecimento às homenagens realizadas pelos jornalistas. Segundo uma nota introdutória ao texto, o pronunciamento do presidente foi irradiado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda para todo o país e exterior.

Getúlio Vargas apresenta uma série de argumentos que demonstram a melhoria da condição da profissão de jornalista, bem como das condições sociais e econômicas no Brasil após a revolução de 1930. O autor é bem claro: “contra esses fatos evidentes nada valem as murmurações derrotistas [. . .]”. Através do uso do modo legitimação (estratégia racionalização), o então presidente se esforça em comprovar que seu governo é justo, bom tanto para os jornalistas como para o resto da população brasileira, logo, digno de receber apoio de todos. Seus argumentos para o futuro, no pós-Guerra, também servem a este interesse.

No trecho: “[. . .] um espírito de companheirismo fraternal [. . .] pronto sempre a mobilizar, no interesse da coletividade, o nosso exército de generais e soldados da publicidade escrita, como a propósito diria certamente o ‘jornalista honorário’ general Góis Monteiro”, percebo o uso da estratégia universalização, quando os interesses do grupo dominante é substituído pelo termo “interesse da coletividade”. Além disso, o modo de operação da ideologia dissimulação, pela estratégia tropo, também está presente na metáfora que iguala os profissionais da comunicação a um exército. Isso indica o interesse do governo em ressaltar que esses profissionais da A.B.I.

também defendem os interesses da pátria, como o exército, e por isso são bons e dignos de confiança, o que dissimula o verdadeiro papel “oficialista” destes profissionais.

No fim do texto, Vargas diz não ser possível pensar nos problemas internos antes que a Guerra acabe. Ele força, assim, um desvio de atenção para a Guerra, e pede que se mantenha a união por causa dela de forma a não enfrentar as pressões para regularizar a situação do no Brasil (eleições, restituição do legislativo e do judiciário independentes do executivo e uma nova constituição), embora já sinalize que, ao término do conflito, a situação será modificada. Esta forma de agir pode ser enquadrada no modo de operação da ideologia fragmentação pela estratégia expurgo do outro:

Temos mantido exemplar coesão e a hora é de unirmo-nos ainda mais, sobrepondo-nos as contingências transitórias e às preocupações egoístas. Quando está em jogo o destino nacional, o futuro da Pátria, não podemos deter-nos em agitações estéreis e compromissos formais. Qualquer ato ou palavra que lance dúvida sobre (sic) nossos objetivos maiores – é disfarce de quinta-colunismo. O que urge é a vitória na guerra e esta é a tarefa máxima. Quando gozarmos outra vez os inigualáveis benefícios da paz, completaremos os órgãos institucionais que ainda não se acham funcionando. O povo pelos meios mais amplos e livres, poderá, então, sem temores de qualquer espécie, manifestar-se e escolher seus dirigentes e representantes, democraticamente, dentro da ordem e da lei.

4.2.3 Março, abril e maio de 1945 — “Dois discursos do Presidente Getúlio Vargas: No automóvel Clube do Brasil”

O último editorial (texto introdutório à revista) dirigido à imprensa é um discurso de Vargas em agradecimento a um almoço oferecido por jornalistas “de todas as regiões do Brasil” ao presidente. Segundo a revista, o discurso foi irradiado para todo o país.

O texto é, no geral, uma série de argumentos sobre a importância do governo e seu caráter essencial ao bem estar dos trabalhadores em geral, e em particular, aos profissionais da imprensa, que tiveram a criação em novembro de 1944 de seu piso salarial. Estes argumentos ainda mostram: que o governo está do lado dos mais

fracos e defende os direitos dos trabalhadores junto aos empresários; que o Estado trabalha em busca de um *“ambiente de colaboração entre empregados e empregadores”*; e que o governo valoriza o trabalhador e entende sua importância na confecção do produto final. Getúlio Vargas destaca, ainda, o que pretende fazer para o crescimento e a elevação do padrão de vida do trabalhador. Em troca, pede dedicação para *“fortalecer economicamente a comunidade”*.

Com todo este encadeamento de argumentos, o presidente procura defender e justificar a forma de governo em vigor, o Estado Novo, apresentando-o como justo, bom e digno de apoio. Em outras palavras, Vargas se justifica para realizar a manutenção do apoio da população (uma vez que o discurso é irradiado), mas também para conquistar a confiança dos profissionais da imprensa. Ele tenta provar sua importância para o trabalhador e para os jornalistas, além de justificar porque todos deveriam ter *“compreensão, serenidade e bom senso”* naquele momento, ao invés de pressionar e questionar o governo para haver eleições. Estamos diante, portanto, do modo de operação da ideologia legitimação, através da sua estratégia racionalização.

Encontramos nesse texto, ainda, o uso do modo de operação dissimulação através das estratégias eufemização e tropo (metáfora). Quando Vargas diz que a maioria dos empresários demonstra *“espontânea colaboração”*, ou que o governo encontra *“completa colaboração”* destes na aceitação e na aplicação das leis trabalhistas, há o uso da eufemização na busca por dissimular ou ocultar essa relação de dominação (empregado/empregador), passando a falsa idéia de que os empresários realmente gostam e apóiam as novas leis do trabalho, abrindo mão de seus interesses individuais pelo “bem coletivo”, e que estas leis realmente são aplicadas por eles. Logo, os trabalhadores deveriam fazer o mesmo: trabalhar sem resistência, questionamento ou reivindicações, pelo progresso da coletividade. No final do texto, ao dizer que o país está tranquilo e confiante, Vargas reescreve as ações e as relações sociais, dando um valor positivo a elas (eufemização), de forma a ocultar (dissimulação) todas as manifestações e pressões populares que o governo já sofria na época, pela redemocratização do país (eleições e abertura dos outros poderes).

Vargas faz uso da metáfora duas vezes no texto. Na primeira, diz que o jornalismo é um sacerdócio cívico, na segunda, diz que o trabalhador é como um

soldado. Em ambos os casos há uma atribuição positiva aos termos “jornalismo” e “trabalhador”. Estas metáforas dizem que, tanto um como o outro, sacrificam suas vidas em nome da causa, não se importando com o dinheiro que receberão em troca. Ou seja, que eles colocam os interesses da nação acima de seus interesses pessoais. Na seqüência, Getúlio explica que, por essa atitude deles, receberão a proteção do Estado. Neste caso, também há a tentativa de dissimular a luta de classe, em um esforço para que o trabalhador não se envolva nela e confie no Estado para solucioná-la. Assim, o trabalhador pensa apenas na sua atividade profissional, visando o progresso da Nação, e recebe a proteção do Estado em troca.

4.3 O 07 de setembro

4.3.1 Outubro de 1941 — “Oração de 7 de setembro”

O quinto texto analisado no presente trabalho é um discurso do presidente Getúlio Vargas, pronunciado em uma solenidade comemorativa ao 119º aniversário da independência do Brasil.

Em resumo, o discurso argumenta que o 7 de setembro é a *“data magna da nacionalidade”*, que serve para rememorar os feitos dos *“nossos heróis”*, de forma que saibamos imitá-los quando e se for preciso. Um desses momentos seria a possível entrada do Brasil na Guerra, para se defender ou para cumprir os compromissos de cooperação panamericana. Desta forma, o povo, a nação deveria ficar unida passando por cima das *“reivindicações particulares”*. Nesta situação de guerra não cabe pensar no individual apenas no coletivo, e a nação deve confiar, compreender e aplaudir as decisões do governo. Por fim, a união também deve ser continental, uma vez que os países que compõem o continente americano são nações – irmãs com os mesmos objetivos de defesa do *“patrimônio continental”* (estilo de vida, características herdadas, forma essencial de civilização).

Encontramos neste texto uma argumentação que busca defender a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Estados Unidos, bem como persuadir a população de que esta atitude é digna de apoio e de confiança total. Esta forma de representação simbólica, com vistas a sustentar uma relação de dominação, é chamada

por Thompson de legitimação, através da estratégia racionalização. Percebo que neste texto essa é a estratégia base, ou central, porém outros modos de operação da ideologia, ou mesmo outra estratégia do modo legitimação, foram usados acessoriamente para atingir este fim maior. São eles:

Unificação – simbolização da unidade: a data 7 de setembro é apresentada como um símbolo de nacionalidade, ou da unidade nacional, quando em *“todos os espíritos bem formados transparece o orgulho de ser brasileiro e trabalhar pelo bem comum”*. Assim, temos a união dos brasileiros em função da data, independente de suas diferenças e divisões;

Legitimação – universalização: a entrada do Brasil na Guerra é apresentada como de interesse e responsabilidade de toda a nação, quando, na verdade, é de interesse do grupo que exerce o poder, uma vez que este negociou ou trocou seu apoio na Guerra por benefícios econômico-financeiros. Logo, a responsabilidade de cumprir o acordo é do governo, e não de toda a população que não participou desta decisão (como a decisão só foi oficializada em agosto de 1942, o discurso de Vargas sinaliza esta decisão).

Fragmentação – o expurgo do outro: este modo de operação da ideologia aparece quando Vargas diz que, diante da situação de guerra, a união nacional deve existir para que seja possível combater o inimigo. Assim, não há como pensar no individual, só na coletividade. Por isso o povo deve esquecer as diferenças e confiar nas medidas tomadas pelo governo.

4.3.2 Setembro de 1942 — “A independência (sic) e a Unidade do Brasil”

A edição de setembro de 1942 apresenta como editorial, um texto de Almir de Andrade, sob o título “A independência (sic) e a Unidade do Brasil”. Em resumo, argumenta sobre a necessidade da união nacional para a manutenção da soberania do Brasil.

Para atingir este objetivo, o autor faz uso do modo de operação da ideologia legitimação, através das estratégias: racionalização – o texto apresenta três parágrafos que, através de um encadeamento de idéias, explicam o que é um povo independente e como realizamos a manutenção desta independência. Com isso o autor procura convencer seu leitor de que a união nacional é importante e digna de apoio;

narrativização – o autor conta a história da independência do Brasil, colocando como principal responsável por este acontecimento a união através do trabalho, do sacrifício e da disciplina dos povos e das gerações de até três séculos antes do feito em si. Almir de Andrade, desta forma, busca contar o passado como uma tradição do povo brasileiro (a união, o trabalho, o sacrifício e a disciplina), dando um novo significado para a independência (resultado da união e do trabalho de gerações), para justificar e basear suas idéias. Assim, a união, o heroísmo e a força do povo são tratados como uma tradição brasileira eterna e imutável e, por isso, devem continuar presentes sempre no cotidiano do brasileiro.

Para reforçar a idéia de que a união é uma tradição no Brasil, Almir de Andrade faz uso da metáfora – forma de ocorrer a estratégia tropo do modo de operação da ideologia dissimulação – quando diz que:

As sociedades são organismos vivo. Quando elas atingem a maturidade, quando seus órgãos internos se acham aptos para desempenhar sozinhos as funções que lhes são destinadas, elas se desprendem dos dominadores como fruto maduro se desgarra da árvore, ou como a criança já pronta para a vida se liberta do ventre materno. Há momentos, no curso da vida social em que a independência se impõe como imperativo biológico[. . .]

A sociedade é apresentada, portanto, como um ser com vida que age sozinha, após atingir a maturidade através dos esforços de todos de uma forma igual. Esta metáfora busca dissimular a existência de diferenças dentro desta sociedade, e a existência de uma relação de dominação. As duas negações são necessárias para se construir a união de todos em função de um bem comum – a manutenção da soberania nacional (objetivo aparente), ou manter a forma de organização social e política sem questionamentos, dúvidas ou cobranças (objetivo real).

A fragmentação pelo expurgo do outro é outra estratégia base desse texto. Os argumentos racionais de união estão baseados na criação de uma ameaça ao país, a ameaça da perda de sua independência. Com isso, cria-se toda uma atmosfera de terror, que exige a união (pelo trabalho, pelo sacrifício e pela disciplina) constante para vencê-lo.

A reificação através da eternização também ocorre, quando o autor coloca que *“todas as lutas sociais, desde o início da civilização tiveram sempre esse sentido de luta pela liberdade e pela independência [. . .]”* Portanto, ela não é uma demanda atual e pontual, ela sempre existiu e sempre existirá. Esta forma de apresentar os fatos ou as instituições dificulta a capacidade de questionamento e de mudança. Por isso, deve-se estar com as atenções voltadas para o inimigo, esquecendo as diferenças e fazendo o que tradicionalmente o povo brasileiro faz: unir-se para lutar.

O interesse do grupo que domina é realizar a manutenção da dominação, por isso, todos os modos de operação da ideologia, empregados neste texto, servem para desviar a atenção da população de algo que ameaçaria a continuidade da dominação, para algo de pouca ou nenhuma importância. Considerando a entrada do Brasil na Guerra em agosto de 1942, é natural que o governo não quisesse que o povo questionasse como um governo ditador apoiava a luta pela liberdade e pela democracia. Assim, cria-se uma ameaça (a perda da soberania), e convence-se o povo de que é melhor se unir pelo bem estar de todos, e pela manutenção de algo que deu tanto trabalho às outras gerações e que tem tanto valor: a independência.

4.3.3 Outubro de 1943 — “O discurso de 7 de setembro” e “O presidente, o Brasil e a guerra”

Na edição de outubro de 1943, a revista apresenta dois textos introdutórios: a reprodução do discurso de Vargas realizado no dia 07 de setembro do mesmo ano no estádio Vasco da Gama, em um evento chamado “Hora da Independência”; e um texto de Almir de Andrade, de título “O presidente, o Brasil e a guerra – A margem do 9º, volume de ‘A nova política do Brasil’”.

“O discurso de 7 de setembro”:

O presidente, em seu discurso, utiliza esta data para falar à população sobre a situação do Brasil na Guerra. O tema é abordado de diferentes formas ao longo do texto. No início, com o uso da estratégia típica de construção simbólica eufemização, do modo de operação da ideologia dissimulação, o autor descreve a participação da população no alistamento para a Guerra, atribuindo-lhe uma valorização positiva.

Entendo que o uso desta estratégia foi justamente para dissimular as divergências de opiniões sobre a situação do Brasil no conflito mundial (um regime totalitário que luta pela democracia).

O uso dos verbos na primeira pessoa do plural aponta para essa busca de Getúlio Vargas em colocar uma questão institucional do governo (a guerra) como um problema e uma responsabilidade de toda a nação. Isso também transparece quando Vargas substitui as palavras “exército”, “marinha” e “aeronáutica” (que representam instituições nacionais, talvez com um valor negativo) por “*as forças (sic) de terra, do mar e do ar*”. Ou seja, o assunto “guerra” diz respeito a toda a população, e não está só nas mãos dessas instituições o bom desempenho do país. Temos, neste caso, o uso da universalização como estratégia do modo legitimação.

Outra forma de utilizar o assunto da guerra para a manutenção da relação de dominação é através do modo de operação da ideologia fragmentação, pela estratégia expurgo do outro. Getúlio coloca a tarefa de ganhar a Guerra como o objetivo máximo da nação e, por isso, não haveria condições de se ter outra preocupação. Assim, a população deveria esquecer as diferenças internas para unir forças contra o inimigo comum. A fragmentação também ocorre através da estratégia diferenciação, quando Vargas diz, por exemplo:

Nos períodos graves da vida dos povos há sempre os heróis que se sacrificam com alegrias e os imediatistas preocupados com as comodidades e vantagens pessoais, esquecidos que os males que recaírem sobre (sic) a coletividade arruinarão a todos [. . .] A conduta de cada um [. . .] há de ser a de repúdio completo a quaisquer atos e palavras de fraqueza e derrotismo.

O autor destaca, portanto, negativamente o pensamento do grupo de oposição, visando desmobilizar uma possível aderência de mais pessoas a este grupo, e conseqüentemente ameaçar a situação de dominação do grupo que ele representa. Com o uso deste modo de operação da ideologia, Getúlio também desvia a atenção da população dos problemas internos ou das reivindicações de mudanças na estrutura política e social do Brasil, para a questão da Guerra.

Para reforçar tudo isso, ele faz uso da racionalização (estratégia do modo de operação da ideologia legitimação), ou seja, lança mão de uma série de argumentos que justifiquem esta forma de governo (ditadura), seja pelo uso do terror da guerra: *“Numa situação de emergência como a que atravessamos, com tantos imperativos de segurança a atender, não é possível existir ambiente de serenidade, apropriado à livre manifestação da opinião [. . .]”*; seja narrando as realizações do governo para o *“bem estar popular e da ordem interna”*. Além disso, apresenta uma série de diferenças entre o Brasil e os países que formavam o Eixo, contra-argumentando, assim, como uma ditadura luta pela democracia.

Toda essa argumentação justifica a escolha de “lado” do Brasil no conflito mundial e oculta o verdadeiro motivo do apoio do país aos Aliados. Vargas diz, neste texto, que foi por semelhanças de princípios, quando é sabido que foi por uma negociação meramente econômica, em que os EUA apresentaram mais vantagens ao Brasil do que a Alemanha.

“O presidente, o Brasil e a guerra”

Almir de Andrade escreveu este texto aproveitando o ensejo da publicação de “A nova Política do Brasil”, que consiste na compilação de discursos do presidente Getúlio Vargas. Segundo o autor, a publicação *“sugere uma série de oportunas considerações sobre (sic) o momento político nacional e a situação do mundo”*.

O texto usa a estratégia racionalização, do modo de operação da ideologia legitimação, através do desenvolvimento de uma série de idéias que apresenta os tipos de mudanças políticas e sociais que poderão ocorrer no pós-Guerra, negando a volta ao liberalismo ou às velhas fórmulas. Usa argumentos que afirmam a democracia como a forma de governo triunfante, embora diga não ser possível saber que *“latitude”* isso terá em cada país. Também busca argumentar sobre a maneira de Vargas governar, justificando-a, e afirma que um bom governo depende menos das estruturas e mais de quem governa. Assim, o fundamento carismático no qual se baseia a legitimação é usado claramente ao longo do texto, quando são exaltadas as qualidades de Vargas e de suas ações pelo bem comum do Brasil.

O uso da dissimulação através da eufemização também ocorre quando as ações do governo e de Vargas, historicamente sabidas abusivas, são negadas e rerepresentadas com um valor positivo. Por exemplo:

*Nunca o vimos usar o poder senão com sobriedade. Nunca abusou do poder para impor à sociedade direções contrárias à tranqüilidade dela.
Quando as forças (sic) políticas aumentavam de volume e ameaçam chocar-se violentamente, êle (sic) procurou sempre amparar o choque, mantê-las distanciadas uma das outras, até que, como auxílio do tempo, da habilidade e da paciência, conseguisse neutralizá-las e dissolvê-las, não por ação violenta do Estado, mas por esgotamento natural das forças (sic) mesmas e pela sua canalização para um objetivo comum de colaboração nacional.*

Com isso o autor também apresenta Getúlio e o seu governo como algo bom, justo e digno de apoio e que por tudo isso deve permanecer, ou estar acima de qualquer mudança política e social que a Guerra possa trazer ao Brasil. Como está explícito no final do texto, quando o autor diz que o presidente saberá resolver todos os problemas bastando, para isso, a confiança do povo nele, e que a política futura será a continuação da política atual, como estava sendo desde 1930.

4.3.4 Setembro de 1944 — “Discurso de 7 de setembro”

O discurso de Vargas, pronunciado no dia 07 de setembro de 1944 no evento intitulado “Hora da Independência”, foi reproduzido nesta revista como editorial no mesmo mês.

Vargas utiliza em todo o texto a estratégia típica de construção simbólica racionalização, do modo e operação da ideologia legitimação, para apresentar o seu governo como algo justo e bom para todos. Ele demonstra porque o Brasil estava “no ponto mais alto de sua existência política”, apresentando os avanços econômicos apesar da Guerra e os esforços do governo em amenizar as dificuldades que esta trouxe para a vida da população, além de descrever como grandiosa a participação do Brasil no conflito

mundial. Justifica, ainda, a luta do Brasil ao lado dos EUA, com o argumento de que a América deveria estar unida para ser forte.

O presidente fala claramente em uma consulta popular assim que a Guerra acabar, mas, logo, levanta a questão de como consultar toda a população brasileira com segurança, considerando o tamanho do país. Além disso, mostra que a população deve se manter unida e solidária diante dos problemas, para que o Brasil continue sendo uma nação forte. Coloca que, se a Nação teve grande importância na Guerra, também terá no auxílio à reconstrução das nações. Em relação a isso, percebo que é como se Getúlio mostrasse com argumentos que a “brilhante” participação do Brasil no conflito mundial foi fruto direto de seu governo e, por isso, é mais seguro que ele continue no poder, para que também se tenha êxito na nova tarefa.

É válido que se perceba que o assunto da reconstrução do mundo no pós-Guerra ocupa 21 linhas, enquanto que o assunto “consulta popular” ocupa 4 linhas. O que, entendo, indica a preocupação de Getúlio em continuar desviando a atenção dos leitores e não entrar em detalhes desta consulta, e de continuar a valorizar a situação de guerra para se manter no poder, ou seja, continua usando o modo de operação da ideologia fragmentação, através da estratégia expurgo do outro.

O texto, em geral, é uma cadeia de raciocínio que defende e justifica a forma de organização política do país, visando a persuasão da audiência. Quer dizer, diante de tantas realizações boas deste governo, mesmo com a realização da consulta popular, o melhor é manter o mesmo grupo no poder.

4.4 O 10 de novembro

4.4.1 Novembro de 1944

A edição de novembro de 1944 da revista “Cultura Política” apresenta mensagens dos ministros, do presidente do Departamento de Serviço Público Administrativo, do Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Presidente da República. No total, são quatorze textos de tamanhos variados, mas que abordam a comemoração do 4º ano do Estado Nacional.

“A palavra do presidente da República”

Apesar de ser uma nota com apenas cinco linhas, Getúlio Vargas tenta sustentar sua relação de dominação fazendo uso do modo de operação da ideologia dissimulação, através da estratégia típica de construção simbólica eufemização, quando usa os termos “reforma” e “reconstrução” se referindo às mudanças realizadas por ele para a formação do regime Estado Novo, ou melhor, aos golpes realizados para centralizar o poder no executivo. O modo reificação pela estratégia naturalização também está presente, quando o autor escreve *“o ESTADO NACIONAL (sic) iniciou no Brasil [. . .]”*, ou seja, não há um sujeito real que fez a ação, o que coloca essa instituição com vida própria, como se fosse algo alheio à ação dos homens e, por isso, não questionável, imutável.

Nota de agradecimento da revista

A revista agradece a colaboração dos ministros e do presidente do DASP por enviarem suas palavras em homenagem ao 4º ano do “Estado Nacional”. O autor usa também a eufemização, quando diz que Getúlio Vargas é o *“grande inspirador e doutrinador”* do regime. Esta estratégia, do modo de operação da ideologia dissimulação, esconde a verdadeira relação social que existe: a ditadura. Desta forma, Vargas ganha uma valorização positiva, bem como o regime em si.

“A palavra do Ministro da Justiça e Negócios Interiores”

O texto é um encadeamento de idéias buscando defender a relação de dominação (Estado Novo). Há, portanto, o uso do modo de operação da ideologia legitimação, através da estratégia racionalização. Seu principal argumento é de que o regime é conseqüência natural das realidades e das necessidades brasileiras, ou seja, esta forma de governo é apresentada como um resultado inevitável das características naturais do país. Conforme o exemplo: *“O 10 de novembro não inventou um sentido, nem*

forçou uma diretiva política ao país. Apenas consagrou o sentido das realidades brasileiras”. Thompson denomina este tipo de construção simbólica como naturalização, estratégia do modo de operação da ideologia reificação.

Por fim, outra estratégia do modo legitimação é usada: a universalização, quando o autor diz que, tanto a Revolução de 30 (sic) quanto o 10 de novembro, não foram movimentos partidários, mas movimentos nacionais, ou seja, os interesses de um grupo são apresentados como interesses de todos.

“A palavra do Ministro da Guerra”

O Ministro da Guerra expõe os mesmos argumentos do texto anterior, porém desenvolve mais suas idéias e define conceitos como “liberalismo”, “democracia” e “Estado Novo¹²”.

Esse regime é o que se sintetizou na lapidar expressão: ESTADO NOVO, isto é, a sociedade considerada não apenas como unidade política, administrativa e jurídica, mas como entidade restabeecedora da noção de propriedade na sua única base legítima, o trabalho orientado e racional [. . .]

O uso da estratégia racionalização, do modo de operação da ideologia legitimação, é predominante, havendo a intenção de persuadir a audiência de que essa forma de governo é boa, justa e digna de apoio.

A reificação, através da naturalização, também está presente da mesma forma que no texto anterior: o Estado Novo é conseqüência natural da demanda do país.

[. . .] verificamos quão dignos como dum regime político mais elevado — nosso — essencialmente brasileiro, caracterizado pelo conjunto dos nossos próprios (sic) atavismos e que nos dê a merecida e indispensável organização das nossas forças produtoras e defensivas.

¹² Nas leituras realizadas da revista analisada esse foi a única vez em que vi o termo “Estado Novo” utilizado para denominar esse forma de governo. Nas outras situações o período após a promulgação da constituição de 1937 era chamado de Estado Nacional.

No fim, há o uso da unificação pela padronização, quando o autor diz que o Brasil é uma nação respeitada, onde “há uma só língua, uma Lei suprema onde impera uma só vontade: a vontade Nacional”. Quer dizer, existe uma construção da unidade acima das diferenças ou divisões.

“A palavra do Ministro da Educação e Saúde”

“Getúlio Vargas no 10 de novembro”

Gustavo Capanema exalta as características do presidente, colocando-o como herói da nação que merece ser venerado pelo seu povo.

E por esse ideal, o ideal do Brasil, vencedor de todas as dificuldades e riscos, rompeu o caminho, com fé, com energia e com a disposição de aceitar os sacrifícios que se oferecessem.

Tal chefe merece a veneração de seu povo

Considero estas palavras, do então ministro, características da estratégia eufemização, do modo de operação da ideologia dissimulação. Ou seja, as mudanças do país são apresentadas como um ato de coragem de um homem visando o bem da nação, quando, na verdade, foi um processo que contou com o apoio e a ação de um grupo interessado na manutenção da relação de dominação.

Além disso, estes argumentos buscam persuadir a população a apoiar e venerar Vargas sem questionamentos. Por isso, há o uso do modo legitimação através da universalização – Getúlio substituiu a crise pelo “ideal do Brasil” – e o uso dos fundamentos carismáticos, quando é feito o apelo ao caráter excepcional da figura de Vargas.

“A palavra do Ministro da Fazenda”

Nesta pequena nota de três linhas, onde o autor diz que “o Brasil é um dos raros países em que se trabalha e produz” e que as próprias realizações do governo são os seus elogios, encontro a estratégia eufemização do modo de operação da

ideologia dissimulação, pois entendo que há um interesse em ocultar os problemas sociais e políticos brasileiros, redefinindo-os com um valor positivo.

“A palavra do Ministro da Aeronáutica”

A pequena nota de quatro linhas do Ministro da Aeronáutica diz que o Brasil precisava e o povo queria a mudança de administração visando o progresso. Enquadro estas palavras na estratégia universalização, do modo de operação legitimação, onde os interesses de uns são apresentados como sendo de todos.

“A palavra do ministro das Relações Exteriores”

As dez linhas escritas pelo senhor Oswaldo Aranha colocam o regime como um processo, e não como algo fixo e linear, um processo em movimento cheio de idéias e reivindicações que vão se *“cristalizando”* ao longo do tempo.

O Governo (sic) do Presidente Getúlio Vargas nem é o Três de Outubro nem o Dez de Novembro. É mais do que isso: é algo de parecido com uma aluvião, que arrasta no seu movimento grande quantidade de idéias, planos esperanças e reivindicações que vão se cristalizando lenta e seguramente no decurso do tempo.

Essa forma de construção simbólica é definida por Thompson como passivização, do modo de operação reificação, onde apagam-se os autores e as coisas ocorrem na ausência de um sujeito que a produza. Assim, temos a descrição do governo como algo que age de forma independente da ação e das decisões do homem e que, por isso, não podem ser questionadas e mudadas.

“A palavra do Ministro da Viação e Obras públicas”

O texto afirma que o regime representativo foi *“uma falaz ilusão de doutrinadores teóricos ou uma exploração ignobil (sic) de sindicatos eleitorais entrincheirados nas urnas falsas”*, e que o Estado Novo revelou esta verdade do sistema político brasileiro e assumiu a responsabilidade de *“dirigir os interesses da nação a cima das paixões partidárias, regionais [. . .]”*. Esta manifestação do Ministro da Viação e Obras Públicas é característico das estratégias típicas de construção simbólicas

racionalização e universalização, do modo de operação legitimação, por querer apresentar o governo como algo bom e merecedor de apoio e confiança, através do argumento de que os interesses do regime são os interesses de todos.

“A palavra do Ministro do Trabalho Industria e Comercio (sic)”

O texto explica o que o 10 de novembro de 1937 teria representado: a transformação das instituições políticas, econômicas e sociais do país, “*integrando-as na realidade nacional*”; valorização da família e dos direitos individuais e coletivos; o fortalecimento da “unidade nacional” através dos esforços de todos os brasileiros; e reunião do trabalho e da riqueza, na figura dos sindicatos e das associações de classe, visando um só objetivo e em torno de um líder.

O objetivo desta mensagem é apresentar os pontos positivos do Estado Novo, persuadindo os leitores a apoiá-lo. Esta forma de construção simbólica enquadra-se na estratégia racionalização, do modo de operação da ideologia legitimação. Para atingir esta meta o autor faz uso, ainda, da estratégia eufemização, do modo de operação dissimulação, conforme aparece, por exemplo, nos trechos:

Foi o despertar ruidoso e vibrante de todas as forças adormecidas, imprimindo-lhe estímulos novos [. . .] sistematizando ,melhor suas atividades , num ambiente de serenidade e paz [. . .].

Assim, as relações sociais são redescritas e apresentadas com um valor positivo, ocultando qualquer questão negativa que o ato descrito (o regime de 10 de Novembro, no caso) possa ter enfrentado ou gerado.

“A palavra do Ministro da Agricultura”

Carlos de Souza Duarte diz que as medidas tomadas pelo governo seriam a expressão do desejo de toda a população, apresenta as realizações concretas do Estado Novo e exalta suas qualidades, para diferenciar o regime dos anteriores: “*Centralizada, simplificada, sistematizada, a administração publica toma outro vigor*”. Desta forma, o autor usa a estratégia universalização e a estratégia racionalização,

manifestação do modo de operação da ideologia legitimação, em sua mensagem para apresentar ao leitor porque esse governo merece o apoio e a confiança do povo brasileiro.

“A palavra do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público”

Na pequena nota de cinco linhas, redigidas a mão, o autor diz que o regime mobilizou forças para a sua organização e isso é responsável pela sua eficiência. Estas poucas palavras expressam a estratégia racionalização, do modo de operação legitimação, pois visa persuadir o leitor de que o governo tem características boas e, portanto, é digno de receber a confiança de todos.

“Cultura política e o D.I.P na comemoração do 4º aniversário do regime de 10 de novembro de 1937”

Este texto, sem assinatura, apresenta o que de fato era a revista “Cultura Política”:

[. . .] realização cultural do Departamento de Imprensa e Propaganda a serviço da inteligência brasileira e instrumento de comunicação do pensamento, da arte e da literatura nacionais com a ação social, os problemas e objetivos do Estado [. . .]

Nota-se que há o uso do modo de operação da ideologia Legitimação, através da estratégia universalização, no momento em que o autor coloca a revista como instrumento de comunicação da cultura nacional, quando, na verdade, ela é uma ferramenta de expressão dos valores do governo e dos intelectuais que apoiavam o Estado Novo. Esta questão também pode ser entendida como o uso do modo de operação dissimulação, através da estratégia tropo, pelo uso da figura de linguagem sinédoque. Os termos “inteligência brasileira” e “instrumento de comunicação do pensamento, da arte e da literatura nacional” estão no lugar do todo (toda a população nacional), mas se refere a uma parte (intelectuais ligados ao regime). Assim, a confusão entre coletividades e suas partes dissimula a inexistência dessa unidade de pensamento e de concordância com o governo.

Outra maneira de ocorrer o modo de operação da ideologia Legitimação, através da estratégia universalização, se dá no momento em que a palavra “Estado” é usada no lugar da palavra “governo”. Há na substituição o propósito de transformar os problemas e objetivos de um grupo que ocupa o poder em questões do Estado em si, independente de quem estiver no comando, nos problemas e objetivos de toda a população. Esta substituição também pode ser enquadrada no modo de operação da ideologia dissimulação, através da estratégia tropo, pelo uso da figura de linguagem metonímia. Quando o termo “Estado” substitui a palavra “governo”, há o interesse em ocultar a relação de dominação existente (um grupo que governa/o povo governado).

O modo dissimulação, através da estratégia eufemização, também está presente no texto no momento em que apresenta o Estado Novo como o reintegrador do Brasil na posse de si mesmo, e como o regime que trouxe a segurança do progresso; ou quando diz que a data de 10 de novembro é de significativa celebração nacional e que há comemorações por todo o país. Assim, a realidade é recontada de forma a despertar um valor positivo com vista a ocultar os problemas e as contestações enfrentadas pelo governo.

Texto do Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda

Este texto faz uso do modo de operação da ideologia legitimação. Isso ocorre através da estratégia universalização, quando o diretor geral do DIP diz que “O Presidente Getúlio Vargas personificou a vontade coletiva”, ou seja, os interesses do grupo que governa são colocados como os desejos de toda a população brasileira; e da estratégia racionalização, ao apresentar argumentos que garantissem o apoio de todos ao Estado Novo. Seu raciocínio é: uma forma de governo que expressa a aspiração coletiva, intimamente ligada a realidade nacional, é a única capaz de garantir a paz e a prosperidade em meio as mudanças mundiais, logo, a única que merece receber a confiança e a crença de todos.

4.4.2 Dezembro de 1941— “O discurso de 10 de Novembro”

No discurso realizado em almoço oferecido pelo exército no Ministério da Guerra, Getúlio Vargas usa, ao longo de todo o texto, o modo de operação legitimação, através da estratégia racionalização, para legitimar a ação do exército na sociedade, buscando o apoio e o respeito da população por essa instituição e justificando a ação repressora do governo. A racionalização também é usada para defender o apoio do Brasil ao lado dos EUA na Guerra.

A estratégia universalização faz parte desta construção simbólica, quando Getúlio diz que todos estão mobilizados para sustentar “os nossos ideais de povo cristão que ama o progresso e cultua as tradições herdadas”; ou quando Getúlio coloca que “um Brasil mais forte, mais próspero, mais poderoso é objetivo comum da nossa vontade e a própria(sic) razão de ser da nossa existência.”. Assim, os interesses do grupo dominante são colocados como sendo de todos os brasileiros.

O modo de operação fragmentação, pela estratégia típica de construção simbólica diferenciação, ocorre quando o presidente diz que todos já estão unidos pelo “bem da pátria” e que o verdadeiro patriotismo não é o que questiona, mas o que apóia o governo; ou quando Getúlio classifica seus opositores como “algumas vozes de descontentamento e negativismo” e logo os nega como brasileiros ao dizer: “nós, brasileiros de hoje, que engrandecemos a pátria no trabalho [. . .]”. O texto diz, ainda, que a oposição está sozinha e ridicularizada pelo povo. Esta estratégia de diferenciar os grupos através da exaltação de suas características segue com a apresentação da “*mentalidade renovada do Brasil*”. Com esta fragmentação, Getúlio tenta impedir a disseminação de idéias opositoras ao regime.

A apresentação de um retrato do país, segundo o presidente, negando todo e qualquer problema que o Brasil possa ter e exaltando suas conquistas, caracteriza a estratégia eufemização, do modo de operação dissimulação. Esta estratégia é usada para ocultar a realidade para o leitor, reforçando a fragmentação, por transformar o discurso da oposição em mentira e em informação sem credibilidade.

4.4.3 Novembro de 1942 - “O regime de 10 de Novembro e a ordem política e constitucional”

O editorial da edição de novembro de 1942 é assinado pelo editor da revista, Almir de Andrade, e se caracteriza por ser um desenvolvimento do modo de operação da ideologia legitimação, através da estratégia racionalização. O autor explica os três grandes princípios da constituição de 1937: a unificação do poder político; o federalismo centralizado; e a democracia social e econômica (diferenciando-a da democracia política).

A história do desenvolvimento da divisão de poderes, sua crise e suas alternativas, governo forte ou ditadura, são narradas. O editor da revista aproveita esta história e faz a distinção entre Brasil (governo forte) e Alemanha (ditadura) para explicar a centralização do poder e diferenciar liberalismo e democracia.

Na Itália, na Alemanha, na Espanha, na Iugoslávia, na Grécia, na Turquia, a ditadura ergueu-se poderosa, rompendo, com maior ou menor intensidade, as tradições democráticas. E, ao lado da ditadura individual ou partidária, surgia, noutros países, a ditadura de classe.

Outros países redobram esforços para impedir essa solução e salvar a democracia da crise liberal, pelo oportuno e sadio fortalecimento do poder. Na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, nas democracias parlamentares e presidenciais, a opinião pública compreendeu que era chegada a hora de confiar ao Poder Executivo poderes excepcionais, para resolver a grande crise econômica social e impedir a queda dos eternos ideais de democracia.

O Brasil integrou-se nessa última corrente.

São estabelecidos seis princípios fundamentais da democracia (baseado no estudo histórico dos diversos exemplos): respeito à personalidade; respeito ao valor do trabalho; a equidade (dar a cada um de acordo com suas necessidades e capacidades); a igualdade de oportunidades; a fraternidade; e a solidariedade visando o “bem comum” e o bem-estar de cada um e de todos.

No fim, o modo de operação da ideologia unificação, através da estratégia padronização, ocorre quando Almir de Andrade ressalta que o país é unido e representado pelo seu hino e por sua grande bandeira. Seria este o grande feito deste governo.

Considerando a entrada oficial do Brasil na Guerra, entendemos todo o esforço do editor da revista em apresentar o regime como ideal para o Brasil e, principalmente, como uma democracia, demonstrando a coerência no apoio aos aliados no conflito mundial.

4.4.4 Dezembro de 1942 — “Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas”

Em comemoração ao quinquênio, (1937-1942) Getúlio Vargas pronunciou quatro discursos (na aeronáutica, no Ministério da Marinha, no Ministério da Guerra e no Teatro Municipal), que a revista, em análise, reproduziu como editorial da edição de dezembro de 1942.

“O discurso da aeronáutica”

Neste discurso Vargas utiliza a legitimação através da racionalização, ou seja, com o uso de argumentos, mostra a esta instituição o quanto o governo tem feito por ela (investindo em recursos materiais e físicos) e apresenta à sociedade uma instituição forte e bem equipada, capaz de defender o país na Guerra. Assim, Vargas faz a manutenção do apoio que esta instituição presta ao regime e apresenta motivos para que a população nela confie.

“O discurso no Ministério da Marinha”

Getúlio fala da importância da marinha, como era sua condição antes de 1930, o que a revolução fez para reerguê-la e qual a sua situação hoje – “rápida ascensão”. Diferente da aeronáutica, o presidente coloca que se deve acelerar as construções, ter mais funcionários, trabalhar mais para se chegar ao nível ideal da marinha nacional. Ao final, faz um apelo para que todos façam a sua parte.

Vargas faz um discurso no qual mostra que o governo fez a sua parte para melhorar a marinha, e que se o desempenho dela na Guerra não for tão bom será responsabilidade dos agentes internos e não do governo. Para tal, usa o modo legitimação através da estratégia racionalização. Entendo que o presidente quer dizer à

população o seguinte: podemos confiar na marinha porque ela melhorou e só não está no estado ideal por questões internas que não dizem respeito ao governo.

“Discurso no Ministério da Guerra”

Vargas novamente faz uso da legitimação pela racionalização neste discurso, visando persuadir a população de que o país tem um exército excelente e adequado para ir à II Guerra Mundial. Para isso, ele explica os motivos que levaram o Brasil a entrar no conflito, o que o governo fez para se preparar, além de exaltar as qualidades do exército e de lembrar que os EUA estavam auxiliando o país nas questões em que o Brasil ainda estava mal preparado.

“Discurso no Teatro Municipal”

Neste texto Getúlio fala aos representantes da administração civil, das classes produtoras e trabalhistas. Ele faz uso da estratégia racionalização, do modo de operação da ideologia legitimação, para mostrar a evolução do país na área política, na área econômica e na área social — fruto justamente de um modelo de governo baseado nas necessidades e nas tradições nacionais.

O presidente define democracia como: “[. . .] forma de governar em benefício do povo como um todo, em função dos interesses supremos da Pátria, acima das imposições de grupos, de clãs ou região.” E usa a estratégia de racionalização para demonstrar que o país é democrático. Isso tudo para convencer os ouvintes/leitores de que o governo é justo e age com coerência ao apoiar os EUA na Guerra.

A estratégia eufemização, do modo de operação dissimulação, é usada para reforçar a estratégia anterior. Apresentando os feitos do governo de uma forma dissimulada positivamente, reforça-se o porquê do apoio popular ao regime. Essa estratégia de eufemização também é usada para justificar a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos aliados, de forma a dissimular a verdade – interesses econômicos.

Com o uso do modo de operação fragmentação, pelo expurgo do outro, Getúlio pede a união de todos para que se vença a guerra:

Confio em que, com o eficiente e pronto auxílio do povo, até agora exemplar no respeito às ordens das autoridades e na cooperação para o esforço extraordinário, possamos reduzir os sacrifícios e atravessar o conflito fortalecendo-nos, quer pela coesão maior da consciência (sic) nacional, quer pela ampliação e diversificação das culturas agrárias e do parque industrial.

4.4.5 Novembro de 1943 — “O presidente e a guerra”

O editorial de novembro de 1943, que não faz referência ao seu autor, apresenta o Estado Nacional, mais uma vez, como algo que “surgiu da própria realidade do Brasil” e que “nasceu da própria vida”. Desta forma, o regime de governo parece ser o resultado inevitável das características naturais do Brasil. Isso é chamado por Thompson de reificação, através da estratégia naturalização. O principal objetivo desta forma de operação da ideologia é apresentar as relações de dominação como situações permanentes e naturais, logo, não são criações dos homens, não podendo ser questionadas ou modificadas.

O texto também descreve o presidente Getúlio Vargas despertando uma valorização positiva:

Nessa experiência política, ressalta a figura do Presidente, que tem sabido conduzir os destinos da nação com prudência, realismo e extraordinária visão do futuro. Através dos treze anos de sua gestão, o Presidente Getúlio Vargas, antes e depois do Estado Nacional, tem sabido manter-se na sua atitude de chefe popular, tolerante e humano.

Assim temos o uso da estratégia eufemização, do modo de operação dissimulação, sendo utilizado para desviar a atenção do leitor dos atos negativos do governo (prisões arbitrárias, torturas, censuras etc.) e do seu representante maior.

Este esforço em apresentar Vargas como um presidente popular com argumentos dissimulados, conforme expresso na citação acima, possibilita termos, ao final do texto, a grande conclusão de todo o raciocínio do que foi apresentado: um presidente popular em conjunto com um regime naturalmente brasileiro gera o crescimento nacional. Desta forma, entendo que tanto os argumentos da naturalização, quanto da eufemização, foram utilizados para compor a estratégia de racionalização, do

modo de operação legitimação, visando persuadir os leitores de que ambos (presidente e forma de governo) são bons, justos e dignos de apoio.

4.4.6 Novembro de 1944 — “O presidente e o 10 de novembro”

No editorial assinado por Almir de Andrade na edição de dezembro de 1944 há, durante todo o texto, a utilização do modo de operação dissimulação, através da estratégia eufemização, que oculta a real situação do país e as reais ações do presidente, conferindo-lhes uma valorização positiva. Como por exemplo, na seguinte citação:

[. . .] a intervenção do Presidente na política nacional, desde 1930, veio solucionar numerosos problemas e não menor de conflitos, que se esboçavam em múltiplas esferas. Éle (sic) procurou o centro de gravidade, o princípio do equilíbrio, da moderação, do reajustamento lento e progressivo. Sempre soube usar da autoridade governamental sem as asperezas da autoridade. Foi sempre tolerante sem fraqueza, enérgico sem precipitação.

A legitimação aparece através da racionalização, quando são apresentados argumentos que destacam a situação social e política do país antes de 1930, de forma negativa, visando convencer o leitor de que a chegada e permanência de Getúlio Vargas no poder é o melhor para o Brasil. A universalização, outra estratégia desse modo de operação da ideologia, é usada ao longo do texto, quando o autor coloca que o governo visa os interesses coletivos e está acima de interesses partidários ou de grupos, ou que o governo trabalha visando às verdadeiras aspirações nacionais.

A naturalização, estratégia do modo reificação, também é usada para afirmar a universalização, ou melhor, que os atos do governo são do interesse de toda a população, justamente por serem aspirações naturais, ou pelo governo deixar que os acontecimentos sigam seu curso natural. Isso faz parecer que as ações têm vida própria e são alheias as vontades dos homens e, por isso, não se pode responsabilizar o governo por elas.

4.5 1º de Maio

4.5.1 Junho de 1943 — “Discurso de 1º de maio” e “A saudação do Ministro do Trabalho”

O discurso feito aos trabalhadores em 1943 por Getúlio Vargas, na Esplanada do Castelo, visa atrair o apoio destes ao governo, amenizar possíveis oposições e chamar a atenção para a importância da união de todos para vencer a Guerra, de forma a desviar a atenção dos problemas internos e dos possíveis descontentamentos da classe.

Para atingir esses objetivos, o autor faz uso da estratégia eufemização, do modo de operação dissimulação, atribuindo valor positivo às ações do governo (todas são voltadas para o bem estar da coletividade e para as necessidades dos trabalhadores), valorizando positivamente a importância de todos os trabalhadores, principalmente os do transporte que servem à Guerra, e de suas manifestações nessa data.

Através da racionalização (legitimação), ele apresenta as ações concretas do governo para os trabalhadores (leis e departamentos) e mostra a importância de todos estarem sindicalizados, dizendo os motivos e as vantagens disso. Ainda, apresenta o Ministro do Trabalho como alguém dedicado que merece a confiança e o apoio desta classe – fundamento carismático (faz apelo ao caráter excepcional da pessoa). Com esta estratégia também busca apresentar a importância e o papel do Brasil na Guerra como essenciais à vitória dos aliados. Este argumento justifica o pedido de união de todos os trabalhadores para auxiliar na vitória no conflito, e o que o governo dá em troca desse apoio.

Por fim, faz o uso também da fragmentação, através do expurgo do outro, para pedir a união de todos contra o inimigo externo, mas que tem seus representantes internos (espiões, sabotadores, intrigas, boatos etc.) e que todos devem avisar as autoridades sobre estas pessoas. Para reforçar este argumento, lembra da Intentona Integralista (que havia ocorrido há cinco anos) e de como seria ruim estar nas mãos dos nazistas. A diferenciação também aparece ao se destacar as características dos pseudo-patriotas (que só pensam nos próprios interesses e vaidades).

“A saudação do Ministro do Trabalho”

Em resposta ao discurso de Getúlio Vargas, o Ministro do Trabalho fala em nome dos trabalhadores de todo o Brasil. Este discurso é um conjunto de argumentos que visam convencer os trabalhadores de que vale a pena apoiar e defender o regime. Para isso, primeiro faz uma retrospectiva das condições de trabalho antes de 1930, mostrando um cenário ruim de forma a ressaltar as ações do atual governo. Após, através da eufemização, estratégia do modo dissimulação, apresenta as atuais condições de trabalho atribuindo-lhe um valor positivo. Por fim, apresenta uma promessa de união dos trabalhadores em defesa do regime.

O autor fala o tempo todo como porta voz de todos os trabalhadores brasileiros, ou seja, a vontade do governo – receber colaboração e apoio desta classe – é apresentada como o desejo de todos, quando na verdade é apenas a manifestação da opinião do grupo que está no poder. Isso é denominado por Thompson como universalização, estratégia do modo legitimação. A racionalização é o pano de fundo de todo o texto, visando justamente persuadir a opinião dos trabalhadores a favor do regime.

4.5.2 Março, abril, maio de 1945 — “Dois discursos do Presidente Getúlio Vargas: A 1º de maio dia do trabalhador

No dia 1º de maio de 1945, Getúlio Vargas proferiu um discurso no estádio do Vasco da Gama que, segundo a revista, foi irradiado para todo o Brasil e para o exterior e que a mesma coloca como parte do editorial desta edição.

O texto divide-se basicamente em ressaltar os feitos do governo (sempre bons, suprimindo todas as necessidades dos trabalhadores) e acusar a oposição de mentirosos, sem projetos de governo, subversivos etc. Isso tudo tendo em vista conquistar ou realizar a manutenção do apoio dos trabalhadores ao governo. Mesmo reconhecendo que seu governo está chegando ao fim e que as eleições acontecerão, a manutenção desta confiança é importante para que o candidato apoiado pelo governo

ganhe nas urnas, ou seja, que a relação de dominação continue igual, com o mesmo grupo no poder.

Para atingir estes objetivos, o autor faz uso do modo de operação legitimação, através da estratégia racionalização, apresentando argumentos que convencessem os trabalhadores de que o discurso da oposição era mentira, ressaltando seus defeitos. Como no exemplo a seguir:

Não é demais repetir aos que por teimosia, paixão ou má fé, atribuem ao Governo (sic) tendências totalitárias, ter sido esse mesmo Governo que colocou o "fascismo" fora da lei muito antes de deflagrar a guerra mundial [. . .] O nossos atuais acusadores se esquecem de que, mesmo antes de sermos agredidos e levados à beligerância, já mantínhamos estreita cooperação política, econômica e militar com os Estados Unidos [. . .]

A eufemização, estratégia do modo de operação da ideologia dissimulação, está presente nestes argumentos que ressaltam os feitos do governo. Estas ações são apresentadas com um valor positivo, de forma a ocultar as ações não tão boas ou os desleixos do governo, como se o Estado Novo fosse um modelo de perfeição na forma de governar.

O modo de operação fragmentação, através de estratégia diferenciação, aparece quando Getúlio Vargas fala mal da oposição e destaca características deste grupo, visando a desunião de forma que estes não consigam ameaçar a permanência no poder do grupo dominante:

Adormeciam no comodismo farto, deixavam-se ficar à sombra das leis do regime que hoje condenam como ilegal e caduco, fomentavam através de boletins anônimos a sabotagem de quinta-coluna estrangeira, tentando impedir o envio da Força Expedicionária (sic), desprestigiando as forças armadas e semeando o pânico nas populações. Na hora de combater, banquetevam-se e faziam discursos, como na hora atual de construção pregam a anarquia e se fazem apótolos (sic) da desordem.

Em alguns pontos do texto, Vargas diz que ele e seu governo defendem os interesses nacionais, enquanto a oposição visa os interesses individuais e

partidários. Estes argumentos podem ser enquadrados como uso da estratégia universalização (legitimação), ou seja, apresentar os interesses do grupo como os interesses de todos, ou como mais uma forma de reforçar a diferenciação (fragmentação).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a observar como a revista “Cultura Política” foi utilizada para transmitir as idéias e os valores do Estado Novo, sustentando essa relação de dominação. Para tal, realizei um resgate do contexto histórico político desde a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930 até o término do Estado Novo em 1945; apliquei o método da Hermenêutica de Profundidade em sua forma específica de interpretação da ideologia, desenvolvida por Thompson (1995), em 16 editoriais dessa publicação.

A partir da aplicação do método no material selecionado foi possível verificar que a revista “Cultura Política” operava ideologicamente a forma simbólica, utilizando todos os modos de operação da ideologia classificados por Thompson (1995), como indica os anexos B, C, D e E. Sendo assim, podemos considerar que o objetivo geral desse meio de comunicação era sustentar a relação de dominação, mantendo essa forma de governo – Estado Novo.

De uma forma geral encontrei no material pesquisado a busca pela legitimação, ou seja, em apresentar as idéias, os valores e as ações do governo como boas, justas e dignas de apoio perante a sociedade como um todo, mas, sobretudo, para o grupo de intelectuais formadores de opinião ao qual se dirigia esta revista. Isso é comprovado através da presença em todos os editoriais que serviram para a realização desta pesquisa, do modo de operação da ideologia legitimação, através da sua estratégia racionalização, conforme pode ser visualizado nos anexos B, C, D e E.

A estratégia eufemização, do modo de operação da ideologia dissimulação, apresenta a segunda maior ocorrência (ver anexos B, C, D e E). Assim, verifica-se que a preocupação em ocultar problemas e questões consideradas negativas (os descontentamentos da população, as ações ditatoriais e autoritárias dos integrantes do governo, as diferenças de classes e suas lutas e a relação de dominação governo/governados) e ressaltar as ações do governo atribuindo um valor positivo, outra constante presente no discurso desta revista.

A questão da II Guerra Mundial é muito utilizada para desviar a atenção da população dos problemas internos, adiando mudanças e evitando

cobranças. Apela-se, assim, para uma união de todos para se vencer esse conflito com o argumento que diante de um momento tão perigoso não há como pensar em outras questões menores, sem importância. Isso é a característica do modo de operação fragmentação através da estratégia expurgo do outro, quando é apresentada uma ameaça comum a todos que exige a união acima de todas as diferenças.

Mais especificamente, o *primeiro editorial*, se ocupa em ocultar a relação de dominação governo/governados, dissimulando os objetivos da revista, ou seja, não deixando claro que esta era uma revista oficial e que apresentava a visão do governo sobre os fatos, além de defender as idéias e as ações desse, apresentando-as sem crítica ou questionamento. Muito pelo contrário, se empenha em dizer que será um espelho do país e da sua cultura. A demonstração deste caráter oficial ocorre no final do editorial quando o trabalho é apresentado como um valor importante para a população, como algo justo e bom.

Os textos analisados que compõem o tema *imprensa* são discursos do governo, proferidos em solenidades realizadas ou pelo Departamento de Imprensa e Propaganda ou pela Associação Brasileira de Imprensa. Como, nessa época, todo o órgão representativo de uma classe trabalhadora deveria ser ligado ao governo através do Ministério do Trabalho, essa associação de classe pode ser considerada um departamento oficial, assim como o DIP. A relação entre governo e imprensa, assim, ocorre através do órgão representativo da classe e não diretamente com uma ou mais empresas de comunicação.

É possível identificar que o governo fala à imprensa em dois momentos importantes para o período do Estado Novo: no ano de início da publicação da revista (1941) e nos dois últimos anos desse regime (1944-1945). Na primeira manifestação do governo para a imprensa através das páginas de “Cultura Política” há a delimitação da função da imprensa e o que o governo espera dessa classe de trabalhadores, principalmente em função das ações do exército: informar a população sem abrir espaços para dúvidas ou questionamentos. Os dois outros textos, no entanto, se preocupam em mostrar as melhorias que o governo trouxe para todos os trabalhadores, principalmente para os profissionais da imprensa. Para tal, traça uma comparação entre a situação da profissão antes e após 1930. Assim, existe nesses anos finais de regime

autoritário uma preocupação em legitimar, ou melhor, apresentar o Estado Novo como uma forma de governo digna de apoio dos jornalistas.

Os editoriais referentes ao tema *7 de setembro* usam a data como exemplo de coragem e heroísmo que devem ser colocados em prática na entrada do Brasil na Guerra. Ditam, assim, como deveria ser a postura do cidadão frente a esse novo desafio: cumprir a tradição brasileira de heroísmo união e força. Nesses textos encontramos, ainda, muitos apelos para a união nacional visando a vitória na guerra; e o uso desse conflito para desviar a atenção da população dos problemas internos e para dissimular divergências internas. A situação do país é retratada, assim, como tranqüila devido aos esforços e aos feitos do governo que são sempre apresentados com valor positivo. Esse tema apresenta em todos os seus textos o modo de operação da ideologia fragmentação pela estratégia expurgo do outro, além da racionalização como forma de alcançar a legitimação.

Os textos referentes ao tema *10 de novembro* apresentam a preocupação em legitimar o regime e isso é feito, principalmente, através da dissimulação da situação real do país apresentando-a com uma valoração positiva. Assim, a estratégia mais usada nesta categoria, após a racionalização, é a eufemização. Colocar os interesses do grupo que está no governo como sendo o interesse de toda a população; afirmar que essa forma de governo era natural das características do povo e da cultura brasileira; comparar a situação do país antes e após 1930; e apresentar as forças armadas brasileiras como aptas para o conflito, também são formas utilizadas nesses textos para alcançar o apoio de todos.

Nos textos referentes ao tema *1º de maio* há a busca pelo apoio da classe trabalhadora. Para atingir esse objetivo, são apresentados os feitos do governo e seus componentes de uma forma positiva dissimulando os problemas, principalmente a luta de classe; são comparadas as condições de trabalho antes e após 1930; é solicitada a união de todos para se vencer a guerra; e os interesses do governo são apresentados como interesses de todos os trabalhadores.

Pode-se considerar, portanto, que Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, fez o uso planejado das formas simbólicas visando à manutenção da sua relação de dominação, principalmente através da busca pela legitimação de seu

governo diante das diversas camadas da população. Em outras palavras, o poder político criou meios de comunicação que operaram ideologicamente.

Cabe esclarecer nesse momento, no entanto, que a análise realizada neste trabalho não esgotou o material selecionado tendo em vista a riqueza de conteúdo que existe nas páginas da revista “Cultura Política”. Dessa forma, os editoriais estudados poderiam ser enquadrados em outros modos de operação ou mesmo em outras estratégias e interpretados sob um outro ponto de vista. Optei, assim, pelo enquadramento de maior relevância para o objetivo da pesquisa. A realização deste trabalho, dessa forma, me instigou a continuar pesquisando e a aprofundar o estudo deste período da história nacional.

REFERÊNCIAS

Centro de Pesquisa e Documentação da História contemporânea do Brasil. A Era Vargas – dos anos 20 a 1945. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso em 23 abril 2007.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. O Brasil na década de 1940: Autoritarismo e Democracia. São Paulo: Atica, 1999. 111p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense, 2001. 118p.

GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990. 175p.

INTENTONA COMUNISTA, História Viva, São Paulo, ano III, n.33, p. 20-21, jul. 2006.

LEVINE, Robert M. Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, p.81-112,2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação e Introdução. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, p.7-31,1982.

ROHMANN, Chris. O Livro das Idéias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo. Rio de Janeiro: Campus, p.189-190,2000.

SILVA, Giselda Brito. Integralistas e Vargas uma relação ambígua. História Viva. São Paulo, ano III, n. 33, p. 84-87, jul. 2006.

SILVA, Hélio . O poder civil. Porto Alegre: L&PM, p. 219-232, 1985.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964. Rio de Janeiro : Paz e Terra, p.21-89, 1982.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna : Teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, p.19-76, 2002.

TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo Sedutor – a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, p. 72-108, 1982.

ANEXOS

Anexo A
Editoriais escolhidos para a análise

1941	1942	1943	1944	1945
Março	Setembro	Junho	Maio	Março/abril/maio
"A evolução política e social do Brasil"	"A Independência e a unidade do Brasil"	"Discurso de 1º de Maio"	"Discurso na A.B.I."	"2 discursos do presidente Getúlio Vargas"
autor: Almir de Andrade	autor: Almir de Andrade	autor: Getúlio Vargas	autor: Getúlio Vargas	autor: Getúlio Vargas
Setembro				
"A imprensa e o Exército"				
autor: Lourival Fontes	Novembro			
	"O regime de 10 /11. e a ordem política e constitucional"	Outubro	Setembro	
	autor: Almir de Andrade	**Colaboradores de 'Cultura Política' até o número 30."	"Discurso de 07 de setembro"	
Outubro		**O discurso de 7 de setembro do presidente Getúlio Vargas"	autor: Getúlio Vargas	
"Oração de 7 de setembro"		** O presidente, o Brasil e a Guerra"		
autor: Getúlio Vargas		autores: Getúlio Vargas e Almir de Andrade		
	Dezembro		Novembro	
Novembro	"Os cinco anos do Estado Nacional na Palavra do Presidente Vargas"	Novembro	"O presidente e o 10 de novembro"	
Edição em comemoração do 4º ano do Estado Novo.	autor: Getúlio Vargas		autor: Almir de Andrade	
Autores: ministros, presidente, Diretor do DIP e diretor do DASP		"O presidente e o Estado Nacional"		
Dezembro				
"O discurso de 10 de novembro"				
autor: Getúlio Vargas		autor: Não indica		

legenda:

1º editorial
7 de setembro
10 de outubro
imprensa

Anexo B
 Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia por ano

Modo de operação	1941					1942			1943			1944			1945	
	MAR	SET	OUT	NOV	DEZ	SET	NOV	DEZ	JUN	OUT	NOV	MAI	SET	NOV	MARÇO, ABRIL, MAIO	
Legitimação																
Dissimulação																
Reificação																
Unificação																
Fragmentação																

Anexo C
Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia por tema

Modo de operação	textos															
	1° editorial	Imprensa			07 de setembro				10 de novembro					1° de maio		
	mar-41	set-41	mai-44	mai-45	out-41	set-42	out-43	set-44	nov-41	dez-41	nov-42	dez-42	nov-43	nov-44	jun-43	mai-45
Legitimação																
Dissimulação																
Reificação																
Unificação																
Fragmentação																

Anexo D

Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia e suas estratégias por ano

Modo de operação	Estratégia	1941					1942			1943			1944			1945		
		MAR	SET	OUT	NOV*	DEZ	SET	NOV	DEZ**	JUN	OUT	NOV	MAI	SET	NOV	MARÇO, ABRIL, MAIO	Texto 1	Texto 2
Legitimação	racionalização			B	7x			B	B 4		B		B		B			
	universalização				8x													
	narrativização																	
Dissimulação	deslocamento																	
	eufemização				6x													
	tropo				2x		B											
Reificação	naturalização				3x													
	eternização																	
	nominalização/passivização																	
Unificação	padronização																	
	simbolização da unidade																	
Fragmentação	diferenciação																	
	expurgo do outro																	

Legenda:

B: quando a estratégia serviu de base para o desenvolvimento dos argumentos do texto.

* editorial composto de 14 textos. Os números indicam em quantos textos a estratégia foi utilizada. Quando não há número a estratégia é usada em apenas um texto.

** editorial composto por 4 textos. O número indica em quantos textos a estratégia foi utilizada.

Quando não há número a estratégia é usada em apenas um texto.

ANEXO E

Quadro resumo da ocorrência dos modos de operação da ideologia e suas estratégias por tema 97

Modos de Operação	Estratégia	1° editorial	Imprensa				07 de setembro				10 de novembro					1° de maio	
		mar-41	set-41	mai-44	mai-45	out-41	set-42	out-43	set-44	nov-41*	dez-41	nov-42	dez-42**	nov-43	nov-44	jun-43	mai-45
Legitimação	racionalização					B			B	7		B	B 4	B		B	
	universalização									8							
	narrativização																
Dissimulação	deslocamento																
	eufemização									6							
	tropo						B			2							
Reificação	naturalização									3							
	eternização																
	nominalização/passivização																
Unificação	padronização																
	simbolização da unidade																
Fragmentação	diferenciação																
	expurgo do outro																

Legenda:

B: quando a estratégia serviu de base para o desenvolvimento dos argumentos do texto.

* editorial composto de 14 textos. Os números indicam em quantos textos a estratégia foi utilizada. Quando não há número a estratégia é usada em apenas um texto.

** editorial composto por 4 textos. O número indica em quantos textos a estratégia foi utilizada. Quando não há número a estratégia é usada em apenas um texto.

ANEXO F
EDITORIAIS ANALISADOS
(em pasta anexa neste CD)